Introdução

Investiga-se a proposta reformista e emancipadora exposta por Antônio Sérgio nos *Ensaio*s e na História de Portugal,¹ segundo a tese de que o problema da cultura é apresentado a fim de identificar a formação da elite intelectual. O que diz respeito à vivência do autor junto a grupos de intelectuais dedicados ao ressurgimento nacional nos primeiros anos da República, como também à escolha de certa tradição para explicar o estado atual da nação e a necessidade da revolução cultural. Trata-se, assim, de fixar as raízes históricas da formação do intelectual para que o teor pedagógico da obra ultrapasse a época de sua produção e seja reconhecido pelo leitor futuro como instrumento de emancipação. Ocorre que a própria noção de emancipação nasce da apreensão da história nacional como decadência, a partir da épica de Luís Vaz de Camões, quando se desvela o modo de proceder frente a tal situação: a denúncia. A disciplina de denúncia reflete a experiência histórica da decadência que conforma a consciência dos intelectuais a partir da concepção de excepcionalidade e luminosidade atribuídas ao quinhentismo português. O

¹ Para a pesquisa de tese usou-se a coleção Obras Completas de Antônio Sérgio da Livraria Sá da Costa, publicada entre os anos de 1973 e 1980 em Lisboa.

No caso dos *Ensaio*s, a publicação apresenta as segundas edições dos tomos I a V e as edições únicas dos tomos VI a VIII. Todas revisadas e publicadas sob os cuidados do autor.

No caso da História de Portugal, em consequência das peculiaridades na publicação, usou-se os seguintes títulos: *Obras Completas. Breve Interpretação da História de Portugal*, 10^a ed. Lisboa: Sá da Costa, 1981 e *Obras Completas. Introdução Geográfico-sociológica à História de Portugal*, 4^a ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978. O primeiro título é a versão portuguesa de *Historia de Portugal* (Barcelona: Editorial Labor, 1929), cujo manuscrito foi encontrado no espólio do autor com essa nova denominação. Na “Advertência” da *Breve Interpretação...*, Antônio Sérgio observa que vigorava a ditadura em Portugal quando saiu a primeira edição da obra, e por isso cortou alguns itens que vieram a ser acrescentados na presente edição. O segundo título foi inicialmente publicado como o tomo I da obra *História de Portugal – Introdução Geográfica*. No prefácio do tomo VIII dos *Ensaio*s, o autor destaca que essa última foi escrita sob encomenda da editora Ática e que também sofreu censura nos anos 40. Aliás, o tomo VIII não só contém estudos complementares à História de Portugal, como está primordialmente a isso dedicado.

Sobre a composição do que aqui convencionamos chamar de História de Portugal, vide: Antônio Sérgio, *Obras Completas. Ensaio*s, tomo VIII, Lisboa: Sá da Costa, 1974 e “Advertência” in *Breve Interpretação...*; A. Campos Matos, “Bibliografia de Antônio Sérgio”, *Revista de História das Idéias* 5. *Antônio Sérgio*, coord. Fernando Catroga e Amadeu J. Carvalho Homem, II volume. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Idéias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983, p. 1031.

estado de decadência se evidencia na atualidade pela esperança de que as mudanças espelhem a glória passada, porquanto a mentalidade ou o problema da cultura em Portugal tem por fundamento a consciência de que a nação dos Descobrimentos é promessa que não se cumpriu.

Admite-se que sua biografia se conforma à tradição de intelectuais dedicados à causa do ressurgimento nacional. Nas cartas que troca com a noiva Luísa Estefânia, e com o amigo Raul Proença, lêem-se as inquietações de quem participa dos anseios por mudanças de toda uma geração. Algo que, de fato, nada tinha de particular ou extraordinário, pois corresponde à dinâmica dos últimos anos do século XIX e início do XX não só em Portugal, ainda que isso jamais implique a expansão da obra para além das fronteiras nacionais. Apesar da obra ser publicada nos 60 primeiros anos do século XX, das viagens que o autor fez por vários países e dos exílios na Europa, não existem referências a qualquer outra sociedade ou cultura além da portuguesa, e bem poucas a fatos mundiais como guerras e revoluções. Tal qual os demais membros de grupos que integrou, o autor se dedica exclusivamente aos melhores meios para fazer renascer ou ressurgir a nação conforme o passado histórico apresentado por poetas, romancistas e historiadores. Vale observar que a tese não reduz a coletividade quer nacional, quer intelectual, à vida de um de seus elementos e, sim, ausculta as escolhas feitas segundo a norma da adequação ou adaptação da obra escrita a determinado objeto de estudo, qual seja: o problema da cultura ou a formação da elite intelectual da nação Portugal.

O princípio norteador da produção escrita, ou ainda, o propósito de criação da obra *Ensaio* e demais escritos vem a ser re-formar a mentalidade dos portugueses. Ocorre que o autor não reconhece qualquer capacidade criativa entre o povo, considerado sempre cisterna, nunca fonte; logo, só a elite pode guiar ou doutrinar a nação. Todavia, nem aí todos participam da criação, tão somente aqueles que se dedicam a pensar as condições nacionais, tendo por referência a excepcionalidade do fato que faz do português povo verdadeiramente histórico – os Descobrimentos. A obra busca identificar a visão de mundo do português na interpretação da história nacional construída por textos escritos desde

os Descobrimientos. A importância que se atribuí à pergunta de Antônio Sérgio quanto à “Tradição” e o aviso de que ninguém sabe até que ponto do poço da história se descerá para retirar a autêntica raiz da formação nacional, diz respeito à compreensão da continuidade dessa visão de mundo.

A importância e a influência pedagógica das obras nota-se entre os comentadores ou leitores futuros, que participam da dinâmica de compreensão da história nacional como decadência e do anseio por mudanças. Neles, percebe-se a recepção do auto-retrato que o autor constrói para si a partir da tradição e das escolhas profissionais que realizou. Nenhum dos comentadores aqui relacionados perverte a disciplina da denúncia, tanto que o necrológio de Eduardo Lourenço envenena os *Ensaio*s no claríssimo intuito de fazer justiça às exigências de reflexão requeridas pelo autor. O mesmo vale para a exaltação do apostolado cívico, autônomo, independente e incompreendido, por parte da *Revista de História das Idéias* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Em ambos os casos, dá-se continuidade à apreensão da devoção pela emancipação dos portugueses, lembrada por Vitorino Magalhães Godinho e Joel Serrão em artigos escritos com o autor ainda vivo.

Se a ordem cronológica de publicação dos comentários fosse seguida, Godinho e Serrão seriam os primeiros, junto com Vasco de Magalhães-Vilhena. Mas, por fidelidade ao desejo do autor de se ver demolido, inicia-se a tese pelo necrológio. Tal desordem arbitrária visa a apresentar a primeira hipótese da tese: Antônio Sérgio constrói para si um auto-retrato que vem a ser corroborado pelos leitores futuros como comentadores. Isso significa, primeiro, que o reconhecimento do autor vela pela imagem de apóstolo da boa nova da emancipação nacional a partir da consciência da decadência trazida da geração romântica de 1870, em especial da conferência de Antero de Quental; segundo, que a obra não fora superada nem mesmo por seus fiéis discípulos. Especula-se tal hipótese porque, mesmo que a leitura seja bem sucedida no fio puxado da trama da escritura, nem por isso o enlace da obra a seu objeto vem de fato a ser revelado e superado por quaisquer dos leitores. Ciente de que era necessário seduzir o leitor para a causa da revolução, os *Ensaio*s, em

especial mas não apenas, têm esmerada forma. Após finalizar a leitura de escritos como “O Reino Cadaveroso ou problema da cultura em Portugal” tem-se a nítida impressão de que ali está a síntese da história nacional desde o quinhentismo aos dias atuais. Como o próprio Lourenço observa, trata-se de uma composição que faz do mais torpe leitor alguém inteligente. O poder de sedução desses escritos, no entanto, relaciona-se à meta de adequação entre a obra e o ambiente de cultura, onde se reconhece tanto o autor como apóstolo cívico incompreendido e perseguido, quanto a mensagem da emancipação a partir do esclarecimento das doutrinas em geral aceitas na construção dos fatos da história nacional.

É possível destacar dois traços principais no auto-retrato do autor: ira e melancolia. A ira se vê nas polêmicas em que se envolve, geralmente voltadas para o método de construção das hipóteses apresentadas pela obra, a fugir sempre de questões factuais; enquanto a melancolia serve à constatação da decadência pela consciência do naufrágio da inteligência. Eduardo Lourenço percebeu que apesar das oscilações de superfície, o autor se mantém em um caminho seguro e reto, sem jamais rever os princípios da reforma ou revolução cultural. Isso ocorre, sobretudo, porque o elogio do racionalismo como método propício ao advento da inteligência, pela incidência da dúvida em todos os assuntos nacionais – principal causa da impugnação da palavra alheia ou das polêmicas –, nunca cuida do ideário cristalizado em soluções para o problema da cultura. O paradigma de racionalização corresponde a um princípio de unidade que serve ao esclarecimento das doutrinas geradoras do estado de decadência. A tristeza é provada na incompreensão e perseguição dos intelectuais que, em alguns momentos de exceção, combateram a desgraçada sorte do reino pela denúncia. Tais são os portugueses “excepcionais” que se cultivaram no estrangeiro e não se entenderam com seus patrícios, que, por tanto, passam a modelos de conduta.

O amor pedagógico entre o educador-historiador e o educando-elite a ser desenvolvido pela leitura da obra, visa à consciência construída na experiência histórica de gerações de intelectuais tidos por modelos, que surgem como controladores da imaginação criadora, quer de fatos e personagens, quer de hipóteses ou interpretações. Mesmo porque as

hipóteses apresentam fatos e personagens. A escrita da história nos *Ensaio*s e na História de Portugal tem por fim intervir na vida nacional pela construção da consciência a partir das experiências eleitas exemplares. Os escritos de história social, segundo as observações de Magalhães-Vilhena e Vitorino Godinho não rivalizam com o conhecimento construído por Alexandre Herculano e Oliveira Martins. Ambos os historiadores, mais Antero de Quental, Luís de Verney e Luís de Camões, consubstancializam em suas obras e vidas a tradição e os modelos que se devem imitar. A historiografia, nesses termos, consolida a luta contra os espectros por oposição do ser que a História nos lembra, ao dever-ser, ditado pelas normas internas da consciência. Aceita-se, então, a história nacional como decadência por contraste. Primeiro, com os portugueses “excepcionais”, que pensaram ou refletiram o que deve ser a nação e, desse modo, intervêm na atualidade; segundo, com os Descobrimientos que, à revelia de quaisquer favorecimentos ou explicação, vêm a ser verdadeiramente histórico. Não por acaso em nenhum escrito, aqui estudado, se busca explicação para os Descobrimientos, mas tão somente a comprovação dos males nacionais que lhe sucederam.

Se a disciplina de denúncia das condições de cultura não se expande por toda a sociedade, mas apenas entre alguns tidos por modelos a imitar, e se a mesma jamais revertera a queda ou a decadência, então, o ensaio surge como instrumento apto à apresentação de hipóteses criadas por observação das doutrinas aceitas pela elite que pensa a nação, ontem e hoje, com vistas no futuro. Mesmo porque não se pretende resolver o problema da cultura pelo golpe certo de uma grande obra e, sim, iluminar uma vez mais a promessa do que devia ser mediante a prova do que é. O elogio da dedicação à causa da emancipação dos portugueses, segundo o padrão de conduta retirado dos “excepcionais”, encerra várias gerações de intelectuais no cerco do humanismo reformista, em que a escrita da história torna-se ato político a serviço da emancipação espiritual e material dos homens, projetada para o futuro.

A partir disso, expomos a segunda hipótese: Antônio Sérgio faz de sua vida e obra a exercício pleno de imitação dos modelos. Os ensaios de esclarecimento promovem os traços inalienáveis dos heróis nacionais – os

“excepcionais” – a características da personalidade do autor. Contar a história da nação corresponde ao relato das aventuras dos “excepcionais” na época da decadência. Uma vez que se aceita a história como instrumento pedagógico, o educador deve se espelhar no historiador e fertilizar o ambiente com a revelação dos traços autênticos do caráter nacional, conforme os elementos de formação da nação e dos “excepcionais”: a decadência e o elitismo. Ora, a pedagogia ou a doutrinação expressa nas obras objeto de tese usam a historiografia para fundamentar a experiência da decadência e a condição de elite como a essência de ser português. Sendo assim, desde o primeiro momento, a formação do português é enlaçada à promessa do quinhentismo, retomada ora aqui ora ali.

O primeiro passo no exercício de imitação dá-se pela escolha da carreira intelectual. Como membro de uma família de oficiais da Marinha envolvidos nas lutas liberais em Portugal, no início do século XIX, visa ao pátio em que as discussões nacionais têm origem. A saída da Marinha, quando se proclama a República, a permanência fora da academia e demais instituições, salvo a breve estada como Ministro da Instrução Pública, antes espelha a conduta dos “excepcionais”. Eis o papel do educador ou pedagogo, ou ainda, afinador de intelectos, segundo as referências que faz de si mesmo. A situação de crise torna-se, enfim, tanto mais propícia ao esclarecimento da elite intelectual em busca da maioria ou autonomia. Daí serem demasiado importantes os traços de sua própria formação: sacrificar o gosto pelas idéias à necessidade pragmática de intervenção na sociedade e na política; proceder por erudição e, assim, deixar de escrever o que ninguém lê por algo que traga à luz doutrinas e posturas, idéias e façanhas.

Apesar da exaltação do experimentalismo ao lado do racionalismo, a conduta do intelectual segundo a formação histórica está para a pátria como idéia. A ordem interna da consciência se volta menos para a sociedade empírica dos homens ontem e hoje do que para certa idealidade social, expressa justo na consciência individual dos modelos. Se a contribuição histórica do português prova-se na condição de elite, mas, devido à promessa não cumprida, a mentalidade nacional encontra-se em

conformidade com a doutrina da decadência, os problemas gerados pelas idéias apresentadas em obras, como hipóteses, vão sendo experienciados pela elite como o ambiente mais propício à revolução. O interesse pela lírica, tanto quanto pela épica de Camões, diz respeito exclusivamente ao modo de sentir, pensar e agir próprio à consciência nacional. Trata-se de repetir o procedimento desmitificador da razão do esclarecimento, o método pelo qual se lança mão de técnicas eficientes para o crescimento do capital intelectual dos portugueses.

Antônio Sérgio narra a epopéia dos “excepcionais” para construir a compreensão da promessa não cumprida. De início, descobre-se nos quinhentistas a transformação da mentalidade em Portugal: a contestação da autoridade a partir da investigação do real, logo em seguida, o sinal admonitório do que estava por vir: o não reconhecimento entre os nacionais dos frutos nascidos dessa mentalidade – pois acredita que a obra de Descartes e o racionalismo moderno sejam a transformação da evidência sensível em inteligível, da qual o português não participa. Em termos bastante práticos, declara que a má administração do comércio com as Índias durante o século XVII efetiva a estupidez. Enraíza, nesse ponto, a oposição entre inteligência e estupidez, luminoso e noturno, classicismo e romantismo, política de fixação e política de transporte, intelectuais e ambiente, que caracteriza o dualismo da obra. O que, como foi observado por Eduardo Lourenço, impede que a problemática desenvolva-se a partir de uma dialética entre as hipóteses levantadas e as evidências provadas. O dualismo organiza o problema da cultura entre os “excepcionais” – Camões, Verney, Herculano, Quental, Oliveira Martins – e o ambiente de crise, por meio do qual se prova a própria condição heróica da consciência nacional e a excelência dos modelos reconhecidos na tradição de denúncia da decadência.

A crítica como denúncia fundamenta os *Ensaio*s e a História de Portugal. Por conseguinte, cabe à elite intelectual alimentar o interesse pelas obras nas quais se expressa o “mal português” do naufrágio da inteligência. A partir do que se apresenta a terceira e última hipótese de tese: a obra arquitetada como síntese da cultura em Portugal caracteriza-se pela ausência da crítica e da ironia, porque enraíza todos os bens de

cultura na irredutível dualidade entre a nação (ambiente de criação) e o português (os “excepcionais” criadores). Apesar das contradições evidenciadas na obra, a situação de crise ou a decadência não levam à incompletude e fragmentalidade, onde talvez se pudesse potencializar a crítica e a ironia. Isso ocorre devido à exigência pedagógica e moral sobre a escrita da história, tida por instrumento para pensar e promover idéias que correspondam a solução do problema da cultura – a mentalidade conformada à queda.

Sendo assim, a exigência da reforma ou o ideal de revolução cultural antecede o diagnóstico do problema, porquanto a crítica não constitui um momento historiográfico e sim moral, a postura exemplar reconhecida nos modelos ou heróis nacionais. Logo, a narrativa da época da decadência ou da promessa não cumprida volta-se para o esclarecimento da conduta a partir das idéias. A cultura nunca vem a ser favorecida pelo ambiente, como “civilização interior” o que a fertiliza são as doutrinas, idéias e ideais formulados em diversas obras. Seja qual for o nome: formação do português, consciência nacional, “civilização interior” ou mentalidade, a síntese da cultura nos *Ensaio*s promove a internalização da autoridade pela imitação dos modelos. Tal síntese acontece por meio da abstração. Ocorre que aí a abstração não generaliza, mas reduz. Os modelos vão sendo descobertos ao longo da narrativa da história por abordagem das doutrinas úteis à ordenação dos fatos consoante os anseios de consciência do intelectual, quando se propõe a formular hipóteses de explicação do processo de construção da nação. O que torna possível a recepção de toda obra publicada como fator de orientação social.

A crítica reverenciada não institui o valor da criação pelo diverso e o novo, porém, pelo que falta à obra e seu autor para que cumpram os modelos. Os leitores não são confrontados com os bens de cultura porque a “civilização interior” contém o que se busca no mundo exterior – ou seja, a regeneração da nação pela revolução cultural. A descrição do modo de proceder dos “excepcionais” finda por “encher os cérebros” do sentido propriamente nacional; por conseguinte, o reino do impossível de que o acusam impede, enfim, qualquer alienação de sentidos frente à obra escrita. O instante vazio entre o diverso da multiplicidade e sua síntese na

intuição é preenchido pelo problema do abstrato uma vez submetido ou reduzido ao ideal de revolução, continuamente descoberto no campo histórico. Todo juízo lançado sobre as obras de cultura depende da consciência histórica enraizada na condição de crise, logo, a revolução da mentalidade passa por “incógnita” desvelada a cada hipótese de salvação, ressurgimento ou coisa que o valha.

2

Na cumplicidade do comentário

O que mais topo, entre líteras, são os que me têm lido a dormir. Por outra banda, muitos me entenderão sem que eu jamais os conheça.
Antônio Sérgio, “Notas de Esclarecimento”, 1950.²

A convocação dos leitores pertence à escritura dos *Ensaio*s e da História de Portugal, segundo a ação prática de formação do português. Toda obra escrita necessita, evidentemente, de leitura. Na ordem própria à escritura, na convenção entre diferentes escritos e desses mesmos com o mundo, a leitura acrescenta na medida em que desfaz, não por tentar descobrir algum segredo, mas porque assim lhe exige o texto.³ Antônio Sérgio tem claro que a integração de leitura e escritura se prolonga do momento em que projeta o conjunto da obra como instrumento de formação, quando os “líteras” sonâmbulos intervêm diretamente na produção, até os episódios posteriores de comentário e crítica.

Logo no início da carreira intelectual, ao ser perguntado por Raul Proença sobre o envio de forças militares portuguesas para a guerra, assevera: “[...] isto são coisas que podemos tratar em conversa, mas não escrever, porque o papel escrito representa outra responsabilidade [...]”.⁴ Ainda que aqui a responsabilidade da escritura corresponda, grosseiramente, ao medo da censura do governo português, percebe-se o ânimo do autor. A obra escrita não se presta à simples emissão de opiniões sobre acontecimentos do presente, tal qual a fala entre amigos. Uma vez afastada da viva “conversa”, as opiniões escritas devem fundamentar o singular campo de responsabilidade pela experiência vivida e refletida.

Nesses termos, pedirá “ao jovem leitor”: “fere-me com lealdade e a sorrir”. Enquanto aproxima os leitores como cúmplices do desejo de

² Antônio Sérgio, “Notas de Esclarecimento” in *Obras Completas. Ensaio*s, tomo II, 2^a ed. Lisboa: Sá da Costa, 1977, p. 208.

³ As observações a seguir foram construídas a partir de: J. Derrida, *A farmácia de Platão*, 2^a ed. São Paulo: Iluminuras, 1997.

⁴ Antônio Sérgio, *Correspondência para Raul Proença*, org. e intr. de José C. González, Lisboa: D. Quixote/Biblioteca Nacional, 1987, p. 125, carta 43 (datada em Genebra 1914).

revolução ou reforma, mais acirra a responsabilidade da escritura. Isso antevê experiências possíveis apenas mediante certa formação intelectual, sobretudo responsável pela identidade construída por determinados textos. As experiências refletidas pelos *Ensaio*s e a História de Portugal, dizem respeito ao “espírito coletivo, já no passado, já no presente”, com vistas no futuro. O interesse concentrado no “leitor em geral: a sua educação, o seu nível de vida, as suas possibilidades de ascender à cultura”, condiz com a própria história da cultura em Portugal. Impugna-se a vilania da conversa porque, assim, não se prova lealdade ao “espírito coletivo” descoberto nos textos dedicados à nação, nem às “doutrinas universalmente aceitas” que têm de vir à luz.⁵

No pequeno ensaio “Em torno do problema da ‘língua brasileira’”, lê-se o seguinte questionamento: “que é servir ao povo? Descultivarmos nós? Não: é cultivá-lo [...]”. Antes de adorar o pitoresco do povo, o intelectual deve fixar a cultura comum pela “língua escrita”. Oferece-nos o exemplo de Luís de Camões, que não usou o idioma falado para cantar o feito histórico dos portugueses, e sim criou “uma língua escrita” para todos. Uma vez preterida a língua falada, fluida e variável, imprópria ao enrijecimento do processo de formação; em prol da língua escrita, propícia à fixação de doutrinas, *Os Lusíadas* nos são apresentados como a obra em que se identifica o caráter da autêntica cultura de língua portuguesa.⁶

No ensaio sobre a ‘língua brasileira’, lemos ainda: “se amo a língua escrita [...] é só porque a suponho o mais próprio instrumento para a propagação das idéias [...] mais futuristas [...]”. Se a conversa com contemporâneos tem lá sua vez no trato das experiências, o propósito de formação a que se dedica o autor precisa da escritura. Mediante o objetivo de formação do português, ou seja, formar o conjunto de “todos os súbditos de el-rei Camões”, os *Ensaio*s e a História de Portugal imitam

⁵ Antônio Sérgio, “Prefácio da 1ª edição” e “Notas de Esclarecimento” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, respectivamente, pp. 19 e 205; “Interpretação não romântica do sebastianismo” in *Obras Completas. Ensaio*s, tomo I, 3ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1980, p. 241.

Esse prefácio do tomo II dos *Ensaio*s foi escrito em 1928, ou seja, 12 anos depois daquela carta de Genebra.

⁶ Antônio Sérgio, “Em torno do problema da ‘língua brasileira’ (Palavras de um cidadão do mundo, humanista crítico, a estudante brasileiro seu amigo)”. *Cadernos de Seara Nova – Estudos Pedagógicos*. Lisboa: Seara Nova, 1937, p. 15 a 23.

práticas de cultura fixadas no passado, reconhecidas no presente e antevistas no futuro.⁷

Ao longo de muitos anos, o comentário sustenta a obra de Antônio Sérgio. Ainda que nos atos de ler, comentar e criticar esteja imbricada a permanência de umas poucas obras, nesse caso específico o comentador é forçado a reconhecer e refletir a materialidade histórica das experiências de cultura evidenciadas. O comentário cumpre o papel de reter, mortificar e concentrar as obras no ambiente de cultura. Apesar da constante convocação à crítica, a condição “pedagógica” reivindicada pelo autor incorpora os críticos como comentadores. Isso ocorre porque os “líteras” com que topava e que o liam a dormir dão a medida do ambiente, e os leitores posteriores não estranham nem o fim da revolução cultural, nem os elementos conjecturais que a compõem. Ambos, “líteras” sonâmbulos e leitores posteriores à época de produção da obra, se identificam com as condições de cultura e a exigência de mudanças. A incorporação dos atos de leitura expõe a materialidade histórica dos escritos, enquanto prova a necessidade de formar novos leitores em outra disciplina, qual seja: a crítica.

Os comentadores futuros devem sobretudo ler a obra segundo os parâmetros que revive em nome da reforma da cultura em Portugal. Visto que, apenas assim, se tornarão dignos da tradição cuja herança então se reivindica. Nessa condição encontramos: Eduardo Lourenço, no artigo escrito pela morte do autor; Fernando Catroga, Vasco de Magalhães-Vilhena e demais membros da *Revista de História das Idéias* da Universidade de Coimbra, na publicação para comemorar o centenário de nascimento; Vitorino de Magalhães Godinho e Joel Serrão, nos primeiros artigos dedicados ao autor vivo, mas afastado da vida pública. Todos afirmam tanto a notoriedade de Antônio Sérgio para a cultura portuguesa, quanto o esquecimento que ainda sofre por parte do grande público e nos meios universitários. O que procede, apesar das comemorações do centenário de nascimento, organizadas pela Universidade de Coimbra e

⁷ Antônio Sérgio, “Em torno do problema da ‘língua brasileira’...”, Lisboa 1937, p. 21; e, *Obras Completas. Ensaios*, tomo VI, 3^a ed. Lisboa: Sá da Costa, 1980, p. 163.

pela Biblioteca Nacional de Lisboa com a exposição apoiada pelo Instituto Antônio Sérgio do Setor Cooperativo.⁸

Além da notoriedade e do esquecimento, os comentadores frisam as seguintes características: polemismo, polêmica, problemática, racionalismo, ensaísmo, universalismo, cosmopolitismo e humanismo. Como também a proposta de reforma ou revolução cultural por meio da formação de uma elite dirigente e da instrução do povo para a vida cívica. Ser polêmico, racionalista e ensaísta, herdar os princípios da liberdade, justiça social e desenvolvimento intelectual e econômico, condiz com tudo quanto o autor desejava para si e, por conseguinte, para a obra. Daí a principal contribuição dos comentadores, nesse trabalho de leitura, serem a correspondência entre o modo como Antônio Sérgio identifica a obra à cultura portuguesa e o modo como os comentadores adotam sua postura intelectual. Por outras palavras, a ordem de construção dos *Ensaio*s e da História de Portugal torna necessária a correspondência entre o reconhecimento do autor e da obra tanto em si, quanto no tipo de comentário que incita.

⁸ Comentadores citados: Eduardo Lourenço, “Sérgio como mito cultural. É o autor dos ‘Ensaio

s’ um ensaísta?” in *Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*, 5^a ed. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1992; *Revista de História das Idéias* 5. *Antônio Sérgio*, coord. Fernando Catroga e Amadeu J. Carvalho Homem. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Idéias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983, 2 volumes; Vasco de Magalhães-Vilhena, *Antônio Sérgio e a filosofia*. Lisboa: Cosmo, 1960; Vitorino Magalhães Godinho, “Antônio Sérgio: presença no passado, presença no futuro” in *Ensaio*s. *Humanismo científico e reflexão filosófica*, vol. 4. Lisboa: Sá da Costa, 1971; Joel Serrão, “Para uma apologia de Antônio Sérgio” in *Portugueses Somos*. Lisboa: Livros Horizonte. s/d, “Para uma interpretação do ensaísmo histórico-pedagógico de Antônio Sérgio” in *Temas de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Ática, 1960, Coleção ‘Ensaio

s’, “Para uma caracterização do ensaísmo de Antônio Sérgio”, *O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e Ação*. Março-abril de 1967, e, “O lugar da história no pensamento de Antônio Sérgio” in Vasco de Magalhães-Vilhena et al. *Homenagem a Antônio Sérgio*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa/Instituto de Altos Estudos/Oficinas Gráficas de Barbosa e Xavier, 1976. Na década de 70, Henrique Barros e outros, criam o citado Instituto, organismo governamental que prestou serviços ao cooperativismo português. *Revista de História... Antônio Sérgio*, I volume. Coimbra 1983, p. 394. Em nota a “Alocução aos Socialistas”, Antônio Sérgio dá notícia das discussões com Mário Azevedo Gomes e Henrique Barros, sobre o setor cooperativo. *Obras Completas. Democracia*. Lisboa: Sá da Costa, 1974, p. 122.

2.1

A prova do veneno

É o autor dos *Ensaio*s um ensaísta?
Eduardo Lourenço, “Sérgio como mito cultural”, 1969.⁹

Em 1969, Eduardo Lourenço escreve um necrológio ao “autor dos *Ensaio*s”, morto após 10 anos em estado de melancolia profunda. Privilegia a face intelectual do autor, contestatória e polêmica, cujos “moldes aliciantes e convincentes” ainda não se superou. Apesar da exaltação intelectual dos comentadores, as crises de melancolia, provenientes de conflitos pessoais e públicos, foram constantes a ponto de levarem um homem tão orgulhoso de sua “inteligência” lúcida para sanatórios suíços.¹⁰

Filho de uma família de oficiais da Marinha portuguesa, o primeiro conflito aconteceu durante os estudos na escola politécnica. Em carta de 1909, escreve: “atraíam-me a arte e a especulação, que via completamente incompatíveis com a vida marítima”. Vivia então em estado de inquietação, em grande parte devido à incompreensão do pai. A princípio, obedece ao 2º Antônio Sérgio de Sousa, tanto que chega a oficial do corpo de marinheiros. Na Marinha viaja pelo que ainda restava do império colonial português e protetorados europeus na Ásia e na África. Mas segue sempre a reclamar da vida de caserna e a lamentar a rotina que lhe prejudicava os estudos.¹¹

⁹ Eduardo Lourenço, “Sérgio como mito cultural...” in *Labirinto da Saudade...*, Lisboa 1992, p. 161.

Esse artigo foi publicado em *O Tempo e o Modo*, n. 69-70, março-abril de 1969, por ocasião da morte de Antônio Sérgio, daí o apelidar de necrológio.

¹⁰ Eduardo Lourenço, “Sérgio como mito cultural...” in *Labirinto da Saudade...*, Lisboa 1992, p. 170; Barahona Fernandes, “As ‘pedras vivas’ de Antônio Sérgio na construção de uma antropologia” e “Cartas da Juventude – à Luísa Estefânia”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, Coimbra 1983, respectivamente, I vol., p. 94 e II vol., p. 807, carta 21 (datada 29 de maio de 1909).

¹¹ “Cartas da Juventude – à Luísa Estefânia”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, II vol. Coimbra 1983, p. 815, carta 29 (datada 09 de junho de 1909).

Antônio Sérgio de Sousa nasceu no dia 3 de setembro de 1883 em Damão (Índia) e faleceu no dia 24 de janeiro de 1969 em Lisboa. Era neto paterno do almirante Visconde Sérgio de Sousa, 1º Antônio Sérgio de Sousa, que lutou entre os liberais na guerra civil de 1832-1834, e materno do general-almirante Henrique Carlos Henriques. O pai, 2º Antônio Sérgio de Sousa (1842-1906), falece como comandante do Corpo de

Tudo indica, aliás, que a sobredita inquietação não decorre só da comum castração paterna. Embora forçado à carreira militar por herança familiar, naquele mesmo ano cede à tentação da “arte” e da “especulação”, ao organizar, prefaciando e anotar os *Sonetos* de Antero de Quental.¹² Publicação cuja importância pode ser vista na referência que lhe fazem os posteriores estudos sobre o poeta. Além disso, pela primeira vez apresenta-se o dualismo entre luz e sombras, usado na interpretação da obra de Quental e, posteriormente, desenvolvido na metáfora da luta entre inteligência e ignorância para explicar a história da cultura em Portugal.

Antônio Sérgio abandona a Marinha em 1910, depois do levante que proclamou a República portuguesa, do qual se negou a participar.¹³ O pai morrera quatro anos antes e, enfim, se sentia livre para seguir a atração pela vida intelectual. De fato, entrega-se a uma nova vida: os negócios da tipografia do sogro, as aulas particulares de matemática, as conferências, a construção dos *Ensaio*s, da História de Portugal, das fábulas e demais escritos, a promoção do cooperativismo e da democracia, a assistência a exilados políticos portugueses em Paris, as aulas na Universidade de Compostela. Permanece, no entanto, com “um sentimento indefinido de ansiedade” e “um medo abstrato”.¹⁴ Ainda que sempre retorne a tal sentimento de angústia, melancolia e dor, exteriorizado por lamentosos ‘Ai de mim’, a obra está repleta de expressões de sarcasmo, rancor e ira. A

Marinheiros e vice-almirante de Marinha, antes disso fora chefe da 1ª Repartição do Conselho do Almirantado, governador de domínios portugueses na Ásia e na África e ajudante de campo honorário do rei d. Carlos. Escreve Antônio Sérgio: “Minha família era, com efeito, de fidalgos cavaleiros da casa real; meu pai, desde muitos anos, ajudante de campo honorário de El-Rei; meu avô fora, pelos meados do século, preceptor militar de El-Rei d. Luís, de quem meu pai era amigo.” (“Cartas do Terceiro Homem” in *Democracia*, Lisboa 1974, p. 272 e 319).

Entre os anos de 1905 e 1907, Antônio Sérgio finda o curso na Escola Naval e é nomeado guarda-marinha em Macau. Logo em seguida, visita New Castle e Cabo Verde. Como segundo-tenente, viaja a Moçambique, Índia inglesa, Filipinas e Zâmbia.

Nota construída a partir de: Joel Serrão, “Para uma apologia de Antônio Sérgio” in *Portugueses Somos*, Lisboa s/d, p. 85 e “Da Juventude de Antônio Sérgio...” *Revista de História... Antônio Sérgio*, II vol. Coimbra 1983, p. 787.

¹² Antero Tarquínio de Quental, *Sonetos*, seleção, prefácio e notas de Antônio Sérgio, 2ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1963.

¹³ Na noite de 4 de outubro de 1910, no quartel de Marinha de Lisboa, o então oficial Antônio Sérgio se recusou, como alguns outros oficiais de quartéis tomados por civis e militares rebelados, a discursar com os republicanos. Vasco Pulido Valente, *O poder e o povo: a revolução de 1910*. Lisboa: D. Quixote, 1974, p. 125.

¹⁴ Antônio Sérgio, *Correspondência para Raul Proença...* Lisboa 1987, p. 161, carta 71 (datada 5 de junho de 1922 em St. Blasien, Suíça).

incompreensão, cada vez mais ressentida e citada, fertiliza as famosas polêmicas contra os contemporâneos.

Consoante o auto-retrato que o autor constrói por meio de todos os escritos, das cartas de amor para a noiva às polêmicas intelectuais da maturidade, as oscilações de melancolia e ira bem se encaixam nas marcas que Eduardo Lourenço lhe atribui: a polêmica e a contestação.¹⁵ A inquietação dos *Ensaio*s diante do estado atual do mundo português grita para os leitores: o que Portugal é no presente não faz justiça ao que fora no passado e, por isso, deve ser mudado para o futuro. A triste constatação das evidências precisa ser substituída, quase que imediatamente, pelo único pecado permitido aos santos: a ira contra as atuais condições da cultura nacional.

Eduardo Lourenço afirma que a polêmica caracteriza a obra, tal qual indicado por contemporâneos do autor, como Bento de Jesus Caraça, Sant'Anna Dionísio e Abel Salazar. Ora, de acordo com isso, contestar a obra por ele escrita faz eco a “uma palavra que viveu muito da impugnação de outras”. Não se pode negar que a pergunta se o autor dos *Ensaio*s é um ensaísta, filia o próprio comentário à tradição polemista. Mesmo porque, inicialmente, Lourenço duvida se o polemismo vem a ser determinante na construção da obra. Em seguida, esclarece que, a partir de Antônio Sérgio, acontece em Portugal uma forte integração entre o polemismo, a forma literária do ensaio e a epistemologia do racionalismo. Por conseguinte, o necrológio incide justo na relação entre polêmica, ensaio e racionalismo, a partir da incompreensão (disfarçada em dúvida) lançada sobre o autor e sua principal obra.¹⁶

A polêmica como “contestação” ou “impugnação” da palavra alheia define “a forma mental do autor”, que, segundo Lourenço, parte sempre de hipóteses aceitas para explicar acontecimentos históricos, obras literárias e problemas de filosofia. O próprio autor avisa que os vários ensaios reúnem “pontos de vista”, seja uma opinião particular sobre determinado assunto, livro ou tema, seja geral sobre algum poeta, historiador ou romancista. Aí

¹⁵ Eduardo Lourenço, “Sérgio como mito cultural...” in *Labirinto da Saudade ...* Lisboa 1992, p. 161.

¹⁶ Eduardo Lourenço, “Sérgio como mito cultural...” in *Labirinto da Saudade ...* Lisboa 1992, p. 161 e 162.

não interessa a “experiência de leitura” do autor, como o comentador nos faz perceber, mas a coleção de hipóteses formuladas para o ambiente ao longo da história nacional.¹⁷

Lourenço destaca o ensaio dedicado ao padre Antônio Vieira como bom exemplo “desse vezo da impugnação – pelo qual exteriormente o polemismo se caracteriza”. Exemplifica-se aí a postura que se nega a lidar diretamente com os problemas apresentados em obras. De fato, o “Salada de conjecturas a propósito de dois jesuítas” pode assim ser tratado. Primeiro, como se comenta, porque o autor desvia de Vieira para o jesuíta espanhol Acosta. Segundo, e que não é comentado, porque tais desvios sucessivos, aliás, característicos dos *Ensaio*s, até poderiam ter aberto um mosaico de sentidos para o século XVII ibérico, a partir do barroco e do trabalho dos jesuítas, contudo não analisam Vieira, Acosta e o barroco, nem sintetizam qualquer idéia nova sobre o seiscentismo ibérico.¹⁸

O título “Salada de conjecturas...” sugere que não se constrói uma explicação sistemática de temas ligados aos jesuítas ibéricos dos séculos XVI e XVII, tão somente a dedução de algo possível ou provável, com base em evidências incompletas. Não por acaso, a epígrafe do ensaio cita Montaigne a definir sua obra como *salada* ou *guisado*, em outras palavras, a diversidade selecionada *a priori* e arranjada de outro modo.¹⁹

O ensaio começa pela celebração da “crítica” impressionante, clara e exemplar do sermão da 18^a da Páscoa de 1656, escrito pelo padre Antônio Vieira. Deseja, assim, provar certa “eloquência pictória” à qual pensa corresponder os estudos de 1590 do jesuíta Acosta, sobre as minas de Potosi. Lê Acosta na busca da suposta correspondência, mas só encontra “um relato de observador e cientista”. Isso vem a ser suficiente para que nos apresente o jesuíta espanhol como exemplo quinhentista da “razão e experiência contra a tradição e a dogmática”, ou seja, do “espírito

¹⁷ Eduardo Lourenço, “Sérgio como mito cultural...” in *Labirinto da Saudade ...* Lisboa 1992, p. 162; e, Antônio Sérgio, “Prefácio da 1^a edição” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1980, p.19.

¹⁸ Eduardo Lourenço, “Sérgio como mito cultural...” in *Labirinto da Saudade ...* Lisboa 1992, p. 163; e, Antônio Sérgio, “Salada de conjecturas a propósito de dois jesuítas” in *Obras Completas. Ensaio*s, tomo V, Lisboa: Sá da Costa, 1973, p. 81-118.

¹⁹ Trata-se aqui da definição mais freqüente do substantivo feminino “conjectura”. Apud Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ojetiva, 2001, p. 803.

científico”, “da busca da inteligibilidade e da relação das coisas” pela imposição da imaginação à percepção.²⁰

Ora, por falar em “ímpetos” da imaginação e em “eloquência pictória”, nada mais espetacular que os “ímpetos barrocos” do pe. Vieira, expressos na “deslumbrante riqueza da fantasia plástica” dos sermões. Segundo essa apreensão dos sermões, o barroco é definido como “um abuso ou requinte da fantasia nos domínios próprios do entendimento, do pensar formal”.²¹ O que basta para encerrar o ensaio deste modo:

[...] o talento de Vieira recolheu *imagens* e a inteligência de Acosta concebeu *idéias* [...] Também, no lapso de tempo que se interpõe aos dois homens havia-se esvaído para a nossa gente o humanismo científico das Navegações.²²

Reúnem-se doutrinas geralmente aceitas. Vieira barroco e o estilo barroco como abuso da fantasia e da imaginação na apresentação do sensível. Antônio Sérgio soma a isso o que provou nas leituras de outro jesuíta, Acosta, que só tem de comum com Vieira a ascendência lusitana e a ordem clerical. E, por fim, deduz que o “talento” de Vieira na composição de alegorias que denunciam e censuram o modo de proceder dos portugueses no século XVII, decorre do esvaecimento ou da evaporação do “humanismo científico” que supõe ter pertencido à época das “Navegações”.

Note que as impugnações do talento de Vieira pela inteligência de Acosta e do estilo barroco pelo humanismo científico clássico têm o propósito de mostrar a decadência de Portugal. Daí Lourenço acreditar que a impugnação constante não condiz com a forma literária do ensaio, pois a concepção de decadência antecede à construção da obra escrita. Isso significa que ou os *Ensaio*s têm outro tipo de escritura ensaísta, ou o autor jamais escreveu ensaios.

²⁰ Antônio Sérgio, “Salada de conjecturas ...” in *Ensaio*s, tomo V, Lisboa 1973, pp. 82 a 86.

²¹ Antônio Sérgio, “Salada de conjecturas ...” in *Ensaio*s, tomo V, Lisboa 1973, pp. 89 a 91.

²² Antônio Sérgio, “Salada de conjecturas ...” in *Ensaio*s, tomo V, Lisboa 1973, pp. 113 e 114.

Não nos interessa desenvolver qualquer dos caminhos acima citados, porque jamais procuramos classificar a obra e o autor. Cabe, todavia, destacar que Lourenço paga valioso tributo quando sinaliza para a norma da impugnação e retira a originalidade da obra. A dúvida de Lourenço atende à orientação dos *Ensaio*s para que sejam somente a introdução ou o começo do caminho em direção à revolução cultural na atualidade, segundo o que se descobre ao longo da história nacional. A interpretação do tributo de morte torna-se ainda mais valiosa quando se observa que desobedece sem trair. Eduardo Lourenço pratica o método que Antônio Sérgio requer dos leitores: a dúvida, ou melhor, a impugnação do que foi escrito por enumeração do que lhe falta. Se nos *Ensaio*s e na História de Portugal criam-se hipóteses para explicar a cultura a partir da impugnação das palavras alheias, e se isso caracteriza o modo de proceder desde o seiscentismo tal qual aí se afirma, então, a problematização dessas obras segundo o que lhes falta alcançar tanto mais conserva que destrói. A abertura da interpretação de E. Lourenço deixa ver a força do aprisionamento pela cultura, na condição de sempre se descobrir e polemizar nos escritos o que lhes faltou para reverter a queda em ascensão, ou seja, reverter o estado de decadência.

É inegável que a evidência dos acontecimentos e das hipóteses se choca com a exigência da dúvida sempre reiterada. No caso do necrológio trata-se, entretanto, menos da dúvida sobre o caráter dos *Ensaio*s do que da “Dúvida” epistemológica elogiada pelo autor. O comentador afirma que a “Dúvida” como convite para a libertação, que corresponde ao método de Descartes e ao ensaio de Montaigne, vem a ser recebida como evidência; logo, os textos escritos se abstêm da quebra e fogem à exigência da fundação do novo a partir apenas de si mesmos.²³ Isso nos permite pensar que a evidência substitui a dúvida, enquanto o principal fim dos estudos dedicados ao problema da cultura em Portugal for o da identificação daquilo que lhes falta segundo aquilo que deveriam ter sido.

Ainda que o “Salada de conjecturas...” não seja exemplo de excelência, porquanto encontramos construções melhores na obra, nele se

²³ Eduardo Lourenço, “Sérgio como mito cultural...” in *Labirinto da Saudade...* Lisboa 1992, p. 164.

destaca a evidência e a denúncia da decadência de Portugal após a época dos Descobrimentos. No que se ancora o arranjo das demais evidências, mesmo sob o signo do ‘talvez’.²⁴ Da evidência geradora da denúncia decorre a coerência que avaliza a verdade das hipóteses apresentadas. Daí o comentador, quase para fazer Antônio Sérgio provar do próprio veneno, repetir a conduta impugnatória e denunciar a “retórica da ‘dúvida’ que deixa intacta a segura marcha” do mesmo.²⁵

No necrológio, a discussão desenvolve-se nestes termos. O polemismo, a contestação ou a impugnação da opinião alheia, descaracteriza a escritura ensaísta de Antônio Sérgio porque não constrói algo provisório e apto à apresentação da dúvida frente ao conhecido, e sim a evidência do entendimento fundamentado no poder autônomo da Razão. A verdade contestadora de opiniões que correspondem a determinadas doutrinas se antecipa à construção do texto e torna impossível qualquer ato de retratação ou retificação. Na medida em que os *Ensaio*s submetem a dúvida à evidência e a denúncia da decadência, por meio da polêmica ou da problemática, não ocorre qualquer revisão de noções e princípios, pois cada qual procede segundo algum partido previamente classificado. Logo, “a retórica da ‘dúvida’” dá passagem a “uma atitude intelectual estruturalmente serena”.²⁶ A dúvida no campo da controvérsia, contenda e debate, condiz com a oscilação de emoções descritas pelo autor e com o uso de expressões tais como: “talvez”, “se não estou em erro”, “ai de mim”, contudo, isso jamais veio a ser suficiente para desfazer a caracterização do ambiente como instantes de glória no estado de decadência.

Não por acaso, lê-se no “Prefácio da 2^a edição” do tomo V dos *Ensaio*s:

²⁴ Antônio Sérgio escreve: “Disse-me, há muito, o Malheiro Dias que era eu decerto o escritor do mundo que mais uso tinha dado a este vocábulo: ‘talvez’, – o mais próprio de alguém que *não* quer cerrar horizontes, que os busca abrir e ampliar [...]. Sempre busquei convencer os leitores a considerarem igualmente os dois extremos de tudo, a encherem o âmbito do *entre-deux* que os separa.” “Notas de Esclarecimento” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, pp. 194-195.

²⁵ Eduardo Lourenço, “Sérgio como mito cultural...” in *Labirinto da Saudade...* Lisboa 1992, p. 164.

²⁶ Eduardo Lourenço, “Sérgio como mito cultural...” in *Labirinto da Saudade...* Lisboa 1992, p. 162.

a afirmação ou contestação de qualquer doutrina, para o castiço intelectual de Portugal e Algarves, é camaradagem com este, hostilidade para com aquele, programação de partido.²⁷

Devemos lembrar, inicialmente, que a intenção primeira dessa obra jamais é revista. Até porque o autor não está imune ao partidarismo que censura e, rever princípios, podia levá-lo a se aproximar do partido adversário. Durante toda a vida de “castiço intelectual”, escreve para formar os portugueses ou reformar a cultura. Começa nos anos de caserna e saraus, quando viaja pelos domínios coloniais portugueses e frequenta salões lisboetas; e persevera na tarefa reformista após 1910, quando vai a Londres, ao Rio de Janeiro e à Suíça. A devoção à reforma da cultura resiste às perseguições, prisões, cassações e exílios políticos, como também ao empobrecimento da família. Revigora-se na resistência política à ditadura e na promoção do cooperativismo em Portugal.²⁸

Apesar das diversas viagens do autor e das longas temporadas no exterior, os *Ensaio*s não ultrapassam as fronteiras de Portugal, principalmente no que diz respeito a fatos da história mundial contemporânea. Pouquíssimo se lê sobre as duas guerras mundiais, nada sobre as revoluções russa e chinesa, o colapso econômico norte-americano em 1929, as guerras de independência dos povos africanos e asiáticos, as inovações técnicas e científicas, as vanguardas artísticas. Até a guerra civil espanhola é citada raramente. Enfim, o partidarismo, a não retratação

²⁷ Antônio Sérgio, Lisboa 1973, p. 6.

²⁸ Em algumas cartas para Luisa, comenta o convívio em saraus e a melhor maneira de conduzir a conversa para mostrar inteligência sem arrogância. Além disso, sua irmã mais velha, Maria da Conceição Sérgio de Sousa Torres Vaz Feire, fez um centro de cultura na casa em que residia na cidade de Évora, como atestam notícias encontradas na imprensa da época. “Cartas da juventude...”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, II vol. Coimbra 1983, pp. 790 e 821 a 823, carta 33 (datada 14 de junho de 1909).

As viagens aconteceram nas seguintes datas: Londres em 1912, Rio de Janeiro em 1913-14 e 1919-20 (nesse ano publica o primeiro tomo dos *Ensaio*s no Rio e na cidade do Porto), Suíça em 1914 e 1922 (na primeira estada em Genebra se matricula no Instituto Jean-Jacques Rousseau – Escola das Ciências da Educação; comenta com o amigo Proença que seu primeiro trabalho escrito teve a forma elogiada pelo professor).

Em 1927 Antônio Sérgio é exilado em Paris, onde dirige com outros portugueses a Liga de Defesa da República, cujas principais atividades foram: a propaganda contra o governo português e o auxílio aos exilados. Volta a Portugal em 1933, ano em que passa alguns meses preso. In *Correspondência para Raul Proença...* Lisboa 1987, pp. 116 a 118 e 186 a 199, cartas 39 e 40 (datadas em Genebra 1914), e 91 a 103 (datadas em Paris 1930 e 32).

ou revisão de princípios e o isolamento histórico, só cristalizam o devotamento do autor a um ambiente de cultura fechado sobre si mesmo.

Em carta à noiva Luísa Estefânia²⁹ lê-se: “quereria ao mesmo tempo fazer qualquer modesto ensaio crítico e achar ou antes arquitetar uma obrasinha mais longa e verdadeiramente nova em poesia”. Procurava então, deveras animado com o sucesso da organização dos *Sonetos* de Antero de Quental, construir um “ensaio crítico” cujo fim confessa: chamar a atenção da “elite intelectual” do país.³⁰

As polêmicas nas quais se envolveu cumprem a tarefa de chamar a atenção da elite e, a partir daí, “arraigar o *método* racionalista” em Portugal.³¹ Para Lourenço, tal racionalismo “nada tem de profundamente original”, pois aceita, sem problematizar, as conclusões do movimento neokantista de fins do século XIX e início do XX. Tanto que o comentador afirma: “o racionalismo, em Antônio Sérgio, aparece-nos já como *um dado*”. A crescente inteligibilidade ou racionalização do mundo não é contestada nos *Ensaio*s, muito ao contrário, vem a ser a regra para a elevação do humano ao espiritual, que deve emanar da elite para o povo. O maior dos problemas nem está na aceitação do racionalismo, mas em subordiná-lo à “missão espiritual” adotada, ou seja, o “*método*

²⁹ Luísa Estefânia Gerschey da Silva (1879-1960) se casou com Antônio Sérgio em junho de 1910. Filha de um grande comerciante lisboeta de ascendência nobre e de uma descendente de húngaros que vieram para Lisboa com a comitiva de d. Fernando II no século XIX. Luísa Estefânia recebeu excelente educação na casa paterna. Era pianista e cantora de mérito. Pintava porcelanas com esmero, tanto que é citada na obra *Cerâmica Portuguesa* de José Queirós (cuja primeira edição fora em 1907 – Lisboa: Typ. do Anuário Commercial; as segundas edições em 1947 e 1948 – 2^a ed. Lisboa: Oficina Gráfica – e ainda uma outra em 1987 – 2^a ed. Aveiro: José Ribeiro. Coleção Obras Monumentais da Cultura Portuguesa; e a última, com o título *Cerâmica Portuguesa e outros estudos*, org, apres. e adenda iconográfica de José M. Garcia e Orlando da R. Pinto. 4^a ed. Lisboa: Presença, 2002). Praticava fervorosamente a fé católica, sendo membro ativo da Conferência de S. Vicente de Paula. Publicou *O método Montessori* em 1915, primeira obra em Portugal sobre a pedagogia de Maria Montessori. Colaborou com Antônio Sérgio nas traduções, nos estudos sobre arte e pedagogia e nas fábulas infantis. Teve a educação orientada e engrandecida por intervenção do marido. Pode-se dizer que foi o primeiro objeto do “pedagoga” Antônio Sérgio. *Revista de História... Antônio Sérgio*, II vol. Coimbra 1983, p. 788 e 789.

³⁰ “Cartas da Juventude – à Luísa Estefânia”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, II vol. Coimbra 1983, pp. 846 e 849, respectivamente, carta 49 (datada 31 de junho de 1909) e carta 50 (datada 02 de julho de 1909).

³¹ Antônio Sérgio, “Notas de Esclarecimento” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 193.

racionalista” está a serviço da faina da revolução ou reforma da cultura para a emancipação dos portugueses.³²

O racionalismo como doutrina de emancipação, uma vez aceito pela elite intelectual, devia levar à “clareza” de pensamento. Só pela clareza do entendimento ou do pensamento, a elite se forma para a edificação da cultura. Ainda que escreva no “Prefácio da 1ª edição” do tomo II: não “requeiro adesão a qualquer teoria, a qualquer partido, a qualquer fé”, o “método racionalista” nunca veio a ser questionado na construção do conhecimento visado pela obra.³³ Obstáculos e inovações surgidos ao longo do século XX na técnica científica, produtiva e artística, sequer arranham o racionalismo como método de excelência para a reforma.

Não se trata de construir em si o entendimento de si mesmo e do mundo, como bem marca Lourenço, mas sim de alargar o paradigma de racionalização da realidade e, por conseguinte, tê-lo como padrão para a conduta política. Isso significa que, apenas mediante a adoção do racionalismo, a elite intelectual portuguesa se torna capaz de discernir o inteligível do ainda não inteligível e fazer desse discernimento uma exigência moral. A obrigação da inteligibilidade sobretudo pragmatiza as ações da elite. Daí Antônio Sérgio defender que a realidade deve ser inteligível, isto é, deve ser submetida ao entendimento.

A formação da elite intelectual coincide com a reforma da mentalidade, e ambas dependem do paradigma de racionalização de acordo com “um Princípio-de-Unidade nas consciências”. Os *Ensaio*s sintetizam doutrinas referentes a tradições de cultura que, por sua vez, apresentam o destino de Portugal. A unidade modelar do destino se presta à orientação das condutas da elite no presente. Tal orientação vem a ser legitimada pela aproximação de racionalismo e misticismo; enquanto o racionalismo se orienta pelo princípio da unidade ou da síntese no pensamento, o misticismo contém o sentimento dessa unidade. A universalidade do princípio de unidade, quer no silogismo, quer no êxtase místico, submete a

³² Eduardo Lourenço, “Sérgio como mito cultural...” in *Labirinto da Saudade...* Lisboa 1992, pp. 165-166.

³³ Antônio Sérgio, “Prefácio da 1ª edição” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 19.

“*atividade* mental” ou o “exercício do pensar” ao desejo e à luta por algo comum aos portugueses ao longo dos séculos.³⁴

Bem ao contrário do que declara E. Lourenço, o paradoxo entre polemismo, ensaísmo e racionalismo não está na abordagem *a posteriori* dos temas, mas sim na crença de que, por certo método, descobre-se a unidade e o sentido da história da cultura em Portugal. O que implica Antônio Sérgio não duvidar das hipóteses apresentadas, tão somente contestar ou impugnar a autoridade de algumas doutrinas enquanto elogia a exemplaridade de outra. Na medida em que segue o “castiço intelectual de Portugal”, continua a tratar o problema da cultura pela classificação das idéias e dos atos conforme os pares de opostos – inteligência ou ignorância, luzes ou trevas, razão ou sentimento, fixação ou transporte, clássico ou romântico, moderno ou medieval, crítica ou dogmática. E a aproximação entre racionalismo e misticismo, segundo o “Princípio-de-Unidade” nas consciências, só complementa tal proselitismo. Daí o comentador poder concluir que o dualismo substitui a dialética e se traduz em “um maniqueísmo pensante”.³⁵

Antônio Sérgio toma para si a faina da revolução cultural, pois crê que o problema da cultura vem a ser o maior dos problemas da sociedade portuguesa na atualidade. Acredita que o êxito na faina só acontecerá por meio do “racionalismo de método”, da “análise clarificadora”, da “investigação *problemática*” e da “disciplina crítica”.³⁶ Ocorre que no desenvolvimento da pragmática cultural entre a clarividência do problema e a exemplaridade das experiências refletidas nas doutrinas, finda por substituir a dúvida pela evidência e a dialética pelo dualismo. Tudo porque

pode dizer-se resumidamente, no ponto de vista intelectual, que a história do País no Seiscentismo é o espetáculo do estiolamento da mentalidade portuguesa; e que a sua história no século XVIII, e que a sua história no

³⁴ Sobre a aproximação entre racionalismo e misticismo, segundo o princípio da unidade nas consciências, vide: “Glosas sobre algumas pegadas na areia do tempo” in *Obras Completas. Ensaios*, tomo VII, Lisboa: Sá da Costa, 1974, pp. 75-76.

³⁵ Eduardo Lourenço, “Sérgio como mito cultural...” in *Labirinto da Saudade...* Lisboa 1992, p. 167.

³⁶ Antônio Sérgio, “Notas de Esclarecimento” in *Ensaios*, tomo II, Lisboa 1977, p. 207.

século XIX, é a das goradas tentativas para nos repararmos desse grande mal.³⁷

Sendo assim, o “estiolamento da mentalidade portuguesa” teve alguns poucos momentos de exceção, quando “alguns portugueses excepcionais, que se cultivaram no estrangeiro” e “que se não entenderam com os seus patrícios”, combateram a desgraçada condição do reino. Os “excepcionais” têm o mérito de buscar a mudança a partir da denúncia da decadência. Eles denunciaram o mal vivido pela mentalidade portuguesa e, assim, renderam ao futuro o legado do que deveria ser Portugal.³⁸

O estado de decadência contrasta, por um lado, com o passado glorioso e vanguardista do quinhentismo, por outro, com os “portugueses excepcionais” que denunciaram o absurdo da situação, sendo incompreendidos e perseguidos. Ambos os contrastes oficializam o sobredito maniqueísmo pensante, que se prova na evidência das experiências refletidas ora na inteligência, ora na ignorância da elite intelectual. Porque, primeiro, somente aqueles que tiveram consciência da decadência a denunciaram e lutaram pela reversão do processo, e, portanto, pertencem à tradição dos criadores da autêntica cultura portuguesa; segundo, a elite nacional deve se re-formar para fazer cessar a mazela da ignorância. Ignorar, aqui, sobretudo significa negar-se a conhecer as causas e as conseqüências do estado em que se encontra a nação e os patrícios.

O mito do “Reino Cadaveroso” ou do problema da cultura em Portugal, para E. Lourenço, faz do próprio Antônio Sérgio um “mito cultural”. Pois a luta pela mudança, a reforma, a revolução a partir da história de Portugal, além de nada ter de inédito, fixa a noção de um destino para o português. Os *Ensaio*s não rompem com as teses históricas do século XIX, identificam o declínio da nação e, por fim, o associam tanto à formação nacionalista e beata da elite, quanto à péssima instrução do povo.³⁹ Daí provém a ambição ‘pedagoga’ e a exaltação da reforma

³⁷ Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, pp. 27-28.

³⁸ Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso...” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 27.

³⁹ Vasco Pulido Valente observa que no século XIX, tendo por principal defensor Almeida Garrett, desenvolve-se em Portugal a concepção da educação como

da mentalidade sempre em termos universais ou cosmopolitas, de acordo com a herança trazida do quinhentismo e descoberta nos “portugueses excepcionais”. Isso basta para Lourenço acusá-lo de utopista dedicado ao reino do “impossível”, que promove a explicação da “história real” segundo o “universal juízo ético”.⁴⁰

Contudo o comentador reconhece, em seu estudo sobre Antero de Quental, que

D’une façon exemplaire, le cas d’Antero de Quental illustre et symbolise la fêlure de toute une Culture, laquelle à son tour traduit le maleise de notre existence sociale. A vrai dire, le fait capital n’est pas celui du malaise lui-même [...] mais le fait qu’il ne se reconnaît comme tel que dans la tête et dans le coeur d’une minorité intellectuelle.⁴¹

Também Eduardo Lourenço, tal qual A. de Quental e Antônio Sérgio, entende que o ‘mal’ da cultura em Portugal só se faz sentir entre aqueles que aí se reconhecem. Ao contrário do que o comentador afirma, os *Ensaio*s não tiveram “verdadeiros contraditores” devido tão somente ao perfeito aliciamento da forma escrita, apesar de concordarmos que nisso está a excelência da obra, mas porque a consciência da decadência e a denúncia do “mal” ainda prestam bons serviços à explicação da história de Portugal. O sobredito “maniqueísmo pensante”, no qual o bem dos críticos sempre perde para o mal geral da decadência do ambiente português, perpetua-se.

instrumento necessário à prosperidade e independência do povo. Defendia-se, então, que a massa precisava de conhecimentos suficientes para desempenhar bem seu papel produtivo e cívico, enquanto a elite promovia a direção do processo de renovação nacional. Essa educação visava, ainda, ao desenvolvimento de sentimentos patrióticos na massa, tanto quanto na elite. “Antônio Sérgio de Sousa: uma revolução interior”, in *Estudos sobre a crise nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980, pp. 48 a 50.

⁴⁰ Eduardo Lourenço, “Sérgio como mito cultural...” in *Labirinto da Saudade...* Lisboa 1992, pp. 172-173.

⁴¹ Eduardo Lourenço, “Le destin – Antero de Quental” in *Poesia e Metafísica. Camões, Antero, Pessoa*. Lisboa: Gradiva, 2002, p. 125.

Esse artigo está publicado em francês. Optei por manter a citação, no corpo do texto, tal qual no original e apresentar a tradução em nota: “De uma maneira exemplar, o caso de Antero de Quental esclarece e simboliza a queda de toda uma cultura, que por sua vez traduz o mal de nossa existência social. Para falar a verdade, o fato capital não é propriamente o do mal em si [...] mas o fato de que isso só se reconheça como tal na mente e no coração de uma minoria intelectual”.

Paradoxalmente, a permanência da situação histórica, cuja principal consequência diz respeito à estranha rejeição do novo, motiva Antônio Sérgio a escrever ensaios e não sonetos, romances ou narrativas históricas. Talvez justo porque a novidade não resista tempo suficiente para ser sistematizada, elogiada ou dramatizada. Se outros não superaram os *Ensaio*s, foi porque não romperam com aquilo que os mesmos provam: a cultura autêntica, em Portugal, faz crítica como denúncia do ambiente. Os parâmetros da crítica estão na história: o fato verdadeiramente histórico – os Descobrimentos, o passado decadente com inovações só fulgurantes, os “excepcionais” incompreendidos que têm consciência da decadência e a denunciam e, enfim, o presente ressentido do que devia ser, mas não é, e esperançoso do futuro redentor.

A noção da promessa não cumprida dá unidade à história de Portugal tanto quanto a denúncia dos “portugueses excepcionais”. Provavelmente, o mito do “Reino Cadaveroso” oferece à história de Portugal unidade e sentido, visto que as goradas tentativas de mudança pela denúncia da decadência apenas fortalecem a promessa. Não por acaso, para censurar tal apreensão da história nacional, E. Lourenço escreve: “a História foi e é ainda cabeça de Medusa”.⁴² Só dá para encarar por reflexo. Logo, faz-se necessário algum instrumento de refração. Daí os *Ensaio*s e a História de Portugal, como instrumento de emancipação, almejarem ser pretexto para a reflexão das experiências. A impugnação da palavra alheia, edificadora da cultura de língua portuguesa, desloca o estiolamento da mentalidade do presente para o passado e a promessa do passado para o futuro.

Quase 20 anos antes do nascimento de Antônio Sérgio, em 1865, Antero de Quental escreve que os “poetas” “vão adiante abrindo à luz e ao amor novos horizontes” e lutam pela “humanidade” necessitada “que a levanten e que a doutrinem”. A negação disso, assevera A. de Quental, equivale ao roubo do “patrimônio sagrado da humanidade - o futuro”.⁴³ As luzes então atribuídas ao poeta português, e que acusam o ambiente de

⁴² Eduardo Lourenço, “Sérgio como mito cultural...” in *Labirinto da Saudade...* Lisboa 1992, p. 173.

⁴³ Antero de Quental, “Bom-senso e Bom-gosto” in *Prosas Escolhidas*, sel. e pref. de Fidelino de Figueiredo, Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942, respectivamente, pp. 33, 36 e 38.

tentar apagá-las, fazem eco na geração seguinte. Lembre-se que os *Ensaio*s são arquitetados, inicialmente, como “obrasinha mais longa e verdadeiramente nova em poesia”, que, por herança de Quental, tem de estender a metáfora da criação intelectual visionária.

No entanto, a história de Portugal também petrifica porque guia ou orienta segundo a realidade experimentada no passado e no presente como estiolamento da inteligência – as “goradas tentativas para nos repararmos desse grande mal” ou “o mal de nossa existência social”. A sentença doutrinária, revolucionária e cosmopolita do poeta visionário, uma das várias evidências acolhidas, vem a ser histórica, pois a explicação da decadência presente enraíza a formação do português na promessa não cumprida. Ousamos então dizer isto: Antônio Sérgio se filia à tradição que retira o futuro do passado.

O objeto de discussão dos *Ensaio*s, bem nota Lourenço, vem a ser a mítica da cultura em Portugal, ao que se pode acrescentar, como denúncia.⁴⁴ A história dá o justo tom do que devia ser mas não é. O que a materialidade dos primeiros acontecimentos promete, mas não cumpre. E isso se prova na atualidade histórica da nação como decadência. Ora, melancolia e ira ditam o compasso da realidade nacional devido à tristeza de não poder mais e a raiva de querer que venha a ser aquilo que se prometeu. Antônio Sérgio se afina de tal maneira com isso, que passa ao rancor da ignorância, do sentimentalismo e das trevas. Talvez tenha caído em tentação e se petrificado! Tornado a si mesmo mito da cultura, nas palavras de Eduardo Lourenço. Pouco importa se o reflexo de cultura que nos oferece segue a serviço da historiografia de língua portuguesa.

⁴⁴ “Sérgio só pôde – à parte as qualidades intelectuais e morais próprias – tornar-se um mito cultural porque ele mesmo se situou e contribuiu para reforçar uma perspectiva *mitológica* da Cultura Nacional e para além dela de Cultura como Mito”. Eduardo Lourenço, “Sérgio como mito cultural...” in *Labirinto da Saudade...* Lisboa 1992, p. 171.

2.2

A comemoração do apostolado cívico

Tal como o apóstolo antigo, Sérgio sente ser missão inadiável semear a boa nova e lutar pela sua consumação histórica.
Fernando Catroga, “Dialogar com Antônio Sérgio”, 1983.⁴⁵

Comemorou-se, em 1983, o centenário de nascimento de Antônio Sérgio. Destacamos aqui dois eventos dessa época: a edição de um número especial da Revista de História e Teoria das Idéias da Universidade de Coimbra e a exposição na Biblioteca Nacional de Lisboa.⁴⁶

A exposição da Biblioteca reuniu obras editadas, manuscritos, cartas, publicações periódicas, fotos e uns poucos objetos pessoais do autor. As principais obras expostas foram: *Ensaio*, *Bosquejo de História de Portugal*, *Breve Interpretação da História de Portugal*, *Confissões de um cooperativista*, *Cartas de Problemática* e *Cartas do Terceiro Homem*, além de algumas conferências. A correspondência estava composta, majoritariamente, por cartas e cartões para Raul Proença, pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional, e a Manuel da Silva Gaio, do epistolário da Biblioteca Municipal de Coimbra. Também constaram as traduções e os prefácios. Entre os documentos e objetos pessoais, mostraram diplomas, passaportes, fotos de família e na vida pública, a máquina de escrever, os óculos e a bengala. Apresentaram ainda o Boletim Informativo do Instituto Antônio Sérgio do Setor Cooperativo, editado em homenagem ao I Centenário de nascimento, e a notícia da recuperação de sua casa por iniciativa do governo e do Instituto.

A organização da exposição pela Biblioteca deve-se, em parte, a Antônio Sérgio ter pertencido ao quadro de bibliotecários da instituição entre 1919 e 1927, durante a direção de Jaime Cortesão.⁴⁷ Com Raul

⁴⁵ *Revista de História ... Antônio Sérgio*, I vol. Coimbra 1983, p. 13.

⁴⁶ *Exposição*. Lisboa: Ministério da Cultura/Biblioteca Nacional de Lisboa, 1983. Trata-se do folheto da exposição.

⁴⁷ Em 1927 Antônio Sérgio foi demitido da Biblioteca pelo governo militar instituído em maio de 1926. O golpe militar de 26 encerra cerca de 15 anos de instabilidade política em Portugal. Desde fins da I Grande Guerra, o país vivera 38 governos, vários golpes militares e revoluções civis, bancarrotas, greves, fome e miséria. Nesse período surge, na cena política, o doutor de Direito e professor de Finanças em Coimbra Antônio de Oliveira Salazar, que então fora convidado para ministro das Finanças, mas

Proença, Cortesão e outros, participa do Grupo da Biblioteca, que editava a revista *Lusitânia – Revista de Estudos Portugueses*, para a qual escrevia críticas literárias. Nesses anos, também integra a União Intelectual Portuguesa, que organizava conferências no teatro S. Carlos. Durante os anos de 1923 e 24, organiza e prefacia com Faria de Vasconcelos a obra *Dispersos* de Oliveira Martins; além de escrever a “Introdução Histórica” para o Guia de Portugal, publicado por aquela mesma biblioteca. A “Introdução” dá origem ao livro *História de Portugal*, publicado em 1929, na Espanha.⁴⁸ Consoante tal conjunto de atividades junto a grupos de intelectuais dedicados ao ressurgimento nacional, o catálogo da exposição o apresenta como “grande intelectual” que se “propôs como um pedagogo” ao “apostolado” da ‘reforma da mentalidade’. Tanto que na “Nota introdutória” desse catálogo, lê-se:

O que sobreleva é o grande intelectual que em toda a sua obra ensaísta sobretudo se propôs como um pedagogo, quer tratasse da história nacional, quer da literatura, quer especulasse sobre o pensamento filosófico ou, ainda, defendesse a economia cooperativista. Porque, para Sérgio, tudo levava àquele seu apostolado, que durou cerca de meio século, de ‘reforma da mentalidade’.⁴⁹

logo o governo de Cabeçadas cai e ele volta para a universidade. Retorna ao governo pouco tempo depois, como ministro da fazenda do governo Carmona, em abril de 1928. Antônio Salazar sobrevive a crise desse governo, aliás, precipita seu fim. Em 1932, torna-se o primeiro chefe civil de governo desde a instalação da ditadura militar. Permanece até 1968 como Presidente do Conselho de Ministros com apoio da União Nacional.

Nota construída a partir de: *História de Portugal*, José Tengarrinha (org), 2^a ed. Bauru/São Paulo: EDUSC/UNESP, Portugal: Instituto Camões, 2001.

⁴⁸ Sobre a participação de Antônio Sérgio no Grupo da Biblioteca, vide: *Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira*, vol. XXVIII. Lisboa/Rio de Janeiro: editorial Enciclopédia, s/d, p. 410; e, Antônio Sérgio, “Prefácio da 1^a ed.” in *Obras Completas. Ensaios*, tomo III, 2^a ed. Lisboa: Sá da Costa, 1980, p. 09.

No que diz respeito às conferências no teatro S. Carlos, Antônio Sérgio sempre se lembra da violência dos integralistas. De fato, antes de proferir sua conferência em maio de 1926, no auge da polêmica sobre o seiscentismo e o sebastianismo, foi atacado por partidários do integralismo que exigiam retratação frente a tal polêmica histórica. O acontecimento ganhara, então, “dimensão pública de escândalo”, escreve Jorge Borges de Macedo, no artigo “O significado e evolução das polêmicas de Antônio Sérgio”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, I vol. Coimbra 1983, p. 516. Vide também: Antônio Sérgio, “Prefácio da 2^a ed.” in *Ensaios*, tomo II, Lisboa 1977, p. 14.

O prefácio dos *Dispersos* integra os *Ensaios* sob o título “Oliveira Martins. Impressões sobre o significado político da sua obra” in *Ensaios*, tomo V, Lisboa 1973, pp. 13 a 73. Em carta a Raul Proença, Antônio Sérgio dá notícia do andamento e do envio da “Introdução” para a publicação no Guia. *Correspondência para Raul Proença...* Lisboa 1987, pp. 167 e 172, cartas 77 e 81 (datadas em Coimbra 1923).

⁴⁹ *Exposição*. Lisboa 1983, p. 1.

Inicialmente lembramos que, apesar de bastante contestada nas décadas de 40 e 50, o conjunto da obra foi pouco estudado durante os anos 60.⁵⁰ Exceção feita por Vasco de Magalhães-Vilhena, em 1964, e por Joel Serrão e Vitorino Magalhães Godinho, cujos artigos examinaremos posteriormente. Ainda que a vida do autor seja marcada por disputas políticas e ideológicas, por esforços cívicos dentro e fora do país, por desilusões, afrontas e descontentamentos expressos pela obra escrita. “Isso só, nada mais”.⁵¹ Tanto que os dez anos de isolamento que vive antes de morrer, assemelham-se a um voluntário desterro doméstico e intelectual. O “discurso claro, *popular*” que torna “inteligente” até os mais ignorantes, diz respeito à identificação entre a vida pública, o apostolado cívico, as disputas políticas e a produção da obra. Não por acaso, nenhum dos escritos que compõem os *Ensaio*s e a História de Portugal datam do período de isolamento. Daí a *Revista de História das Idéias* da Universidade de Coimbra direcionar sua homenagem para “o caráter intrinsecamente polêmico do seu pensamento”, em conformidade com o apostolado cívico, destacado pela exposição da Biblioteca Nacional de Lisboa.⁵²

Bem se sabe que o exílio intelectual de Antônio Sérgio é anunciado por ele mesmo, e que decorre não apenas das polêmicas em que se envolve ao longo da vida. Condiz com seu estado de saúde, visto que, na década de 60, ele está mergulhado em profunda e derradeira crise de melancolia.⁵³ Também favorece tal exílio, sua posição fora da academia. O que pode ser visto em dois eventos: o abandono do concurso para docente de filosofia na Faculdade de Lisboa (1912), ou seja, logo após a saída da Marinha, e a

⁵⁰ Vitorino Magalhães Godinho, “Antônio Sérgio: presença no passado, presença no futuro” in *Ensaio*s... vol. 4, Lisboa 1971, p. 268.

⁵¹ Antônio Sérgio, “Prefácio” in *Obras Completas. Ensaio*s, tomo VIII, Lisboa: Sá da Costa, 1974, p. 4.

⁵² Sobre o discurso de Antônio Sérgio, Eduardo Lourenço escreve: “um discurso claro, *popular*, acompanhado da palinódia da sua própria evidência, que tornava inteligente o mais frustrado dos seus leitores”. “Sérgio como mito cultural...” in *Labirinto da Saudade...* Lisboa 1992, p. 170. Entendo, aqui, que “frustrado” deva significar pessoa rude, grosseira, sem polidez; vindo do francês “fruste”, que, em português, diz-se frusto.

Quanto à direção seguida pela *Revista de História das Idéias*, vide Fernando Catroga, “Dialogar com Antônio Sérgio”, *Revista de História...* Antônio Sérgio, I vol. Coimbra 1983, p. 7.

⁵³ Acrescente-se às decepções políticas, a morte da esposa em fevereiro de 1960.

anulação da entrada para a Academia das Ciências de Lisboa (1954). Ao que se soma a malograda tentativa para criação de uma Universidade Popular em Lisboa (1911), ligada à Renascença Portuguesa, tal como existia em Coimbra e no Porto. Ainda nesse início de século, planejara concorrer ao lugar de professor de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa, mas o concurso não aconteceu. Nos anos 20, tem o nome indicado, mas não aceito, para a cadeira de pedagogia da Universidade de Lisboa.⁵⁴

A inserção política segue a mesma linha das demais atividades. Participa por uns poucos meses do governo Álvaro de Castro, segundo indicação do Grupo Seara Nova, que sempre se definiu como “um grupo de orientação doutrinária” e não partidária. A última investida política acontece muitos anos depois, também não partidária, nas eleições de 1953 e 1957, com a Comissão Promotora do Voto. Essa Comissão definia-se como “força cívica” que não pretendia disputar eleições mas “exigir condições dignas de participação” nos pleitos. Aliás, desde 1933, quando Antônio Salazar é empossado Presidente do Conselho, Antônio Sérgio se opõe ao governo e a suas metas. Ao longo das décadas seguintes, o sistema eleitoral perpetua o governo da União Nacional por fraudes eleitorais, polícia política, censura, prisões e controle do judiciário, do legislativo e dos meios de comunicação. Como movimento pela moralização cívica, a Comissão reivindicava o fim da censura aos opositores do governo, o franqueamento dos meios de comunicação, o acompanhamento da apuração de votos pelos partidos participantes das eleições e a suspensão das perseguições políticas.⁵⁵

⁵⁴ Sobre as investidas acadêmicas de Antônio Sérgio, vide: Barahona Fernandes, “As ‘pedras vivas’ de Antônio Sérgio ...” e Rogério Fernandes, “Antônio Sérgio, Ministro da Instrução Pública”, *Revista de História... Antônio Sérgio*. Coimbra 1983, respectivamente, I vol., p. 91 e II vol., pp. 603 a 614.

Sobre a indicação de seu nome para a Universidade de Lisboa, vide: Antônio Sérgio, *Correspondência para Raul Proença...* Lisboa 1987, p. 157, carta 70 (datada no Rio de Janeiro 1921).

⁵⁵ Sobre o grupo Seara Nova, vide: Joel Serrão (dir), “Seara Nova” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 3. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1968, p. 806.

Antônio Sérgio dirige, entre 1953 e 57, a Comissão Promotora do Voto, cujo fim fora moralizar o processo eleitoral. Manuel Braga da Cruz, “A oposição eleitoral ao salazarismo”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, II vol. Coimbra 1983, pp. 727 a 751.

Parte da ofensiva a Antônio Salazar pode ser lida em “Diálogos de Doutrina Democrática” in *Democracia*, Lisboa 1974, p. 1 a 82.

O que particulariza as eleições de 1957 vem a ser a conciliação da direção e alguns membros da Comissão com grande parte da oposição e situacionistas descontentes, sob a candidatura de Humberto Delgado. Durante a campanha de Delgado, as manobras governistas se mantêm, assim como as reivindicações da Comissão e dos partidos coligados. Enfim, os resultados das urnas frustram mais uma vez a oposição, que denuncia a “farsa indecorosa” das eleições. Perseguidos e exilados, caem todos na clandestinidade. Antônio Sérgio parte derrotado para o exílio doméstico.⁵⁶

Entre os últimos escritos, geralmente em forma de carta aberta, destacamos as iradas “Cartas do Terceiro Homem”, onde o autor escreve que “trabalha constantemente por tornar-se dispensável”. Dispensa da qual ainda não podia usufruir, pois se fazia necessário como “afinador de intelectos”.⁵⁷ A luta pela moralização do processo eleitoral pode ser vista como a derradeira tentativa política do intelectual. Tanto que, afinal, a marca de trabalhador cívico que deseja afinar os intelectos persiste e ultrapassa o ocaso dos anos de exílio.

Só depois de morto, no entanto, o trabalho do “afinador de intelectos” volta à cena nacional portuguesa. O que se nota no necrológio de Eduardo Lourenço e nos estudos de Joel Serrão e Vitorino M. Godinho do alvorecer da década de 70. Como também pelo alvoroço publicitário devido aos sucessivos incêndios de sua antiga casa em Lisboa na década seguinte. Uma mobilização dos jornais que mais deve à preocupação com a memória do movimento cooperativista em Portugal, do que a qualquer reconhecimento da importância intelectual ou cívica da obra escrita.⁵⁸

⁵⁶ Isolado pelas forças governistas, Delgado é assassinado em 1965. Apesar da derrota eleitoral, os oposicionistas têm ganhos políticos, pois fortes aliados de Salazar, como os monarquistas e católicos, passam a dar sinais públicos de descontentamento. Aliás, a situação nacional vinha instável desde as lutas pela independência das colônias africanas, entre 1961 e 1965. Em 1968, Salazar adoece e é substituído por Marcelo Caetano. Antônio Sérgio morre no ano seguinte. A luta por liberdade política continua até abril de 1974 com a Revolução dos Cravos.

Nota construída a partir de: Manuel Braga da Cruz, “A oposição eleitoral ao Salazarismo”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, II vol. Coimbra 1983.

⁵⁷ Antônio Sérgio, “Cartas do Terceiro Homem” in *Democracia*, Lisboa 1974, pp. 151 e 390.

⁵⁸ “Artigos sobre a Casa de Antônio Sérgio e sua Biblioteca”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, II vol. Coimbra 1983, pp. 1101 a 1103.

É muito interessante que, justo uma publicação acadêmica, tenha se preocupado em revigorar e auxiliar o estudo de tal obra, sem ceder à mídia comemorativa que então apelava para a salvaguarda dos bens do introdutor do cooperativismo em Portugal. De fato, a *Revista de História das Idéias* se apresenta como honesto compêndio de pesquisa, bastante afeito às aspirações dos comentadores e do autor.

Isso posto, voltemos ao conteúdo específico da *Revista de História das Idéias*, mais precisamente, à nota do professor Fernando Catroga. Aí se propõe um ‘diálogo’ a partir da mesma tríade de Eduardo Lourenço, ainda que sem lhe referir. Trata-se então com a polêmica, o ensaio e o racionalismo. Catroga, entretanto, considera a polêmica como encenação necessária à escritura do ensaio desde os escritos socráticos. O que desvia a discussão da forma para o conteúdo de verdade, pois considera que, por “uma atitude filosófica fundamental, vários foram os domínios do saber que serviram de objeto para o exercício de sua atividade intelectual”. Assim sendo, a relação entre polêmica e ensaio, decorre da opção pelo racionalismo, aqui chamado idealista. O que vale mesmo para o apelo ao êxtase místico da verdade como revelação fulgurante das idéias no pensamento. Porque, como escreve Miguel Baptista Pereira: “o dinamismo da mente, a atividade psíquica, não se define, é ‘o algo primário e irreduzível’, é a consciência, donde Sérgio parte e de que nunca sai”.⁵⁹

A riqueza da obra, que a *Revista de História das Idéias* nos apresenta, encontra-se na proposta pedagógica ou de formação dos portugueses. Se a polêmica, então tida por intrínseca à escrita ensaísta, não leva o autor à “atitude de revisão ou de auto-crítica face aos pontos de partida”, resta apenas determinar os termos da proposta de formação. Ao que devemos acrescentar a seguinte observação de Magalhães-Vilhena: Antônio Sérgio sempre esteve preocupado com a grei portuguesa e seu destino. Os comentadores atestam que, como outros tantos de sua geração, a preocupação do autor com a grei diz respeito à reivindicação de

⁵⁹ Fernando Catroga, “Dialogar com Antônio...” e Miguel Baptista Pereira, “O neoiluminismo filosófico de Antônio Sérgio”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, I vol. Coimbra 1983, respectivamente, pp. 7 a 10 e p. 57.

mudanças de ordem política, econômica e social. Mudanças para fazer ressurgir Portugal, principalmente a partir da educação.⁶⁰

Aliás, *Pela Grei* vem a ser o nome da revista criada com Raul Proença. Mas o que se pode entender por ‘grei’? No número 1 da revista, declara-se que “a *Grei* é sobretudo essa grande família quando considerada no aspecto moral que faz dela um todo com sentimentos, idéias, e *aspirações* comuns; é até a consciência social de cada um dos seus indivíduos, na medida em que ele sente o bem e o mal da comunidade”. O termo medieval ‘grei’, cunhado no século XIII para definir a comunidade do senhor e seus vassallos, posteriormente usado também para bando de saltimbancos e rebanho de espécies miúdas, quer aqui definir a “consciência social de cada um” que, sob “aspecto moral”, “sente o bem e o mal da comunidade” e nutre “*aspirações* comuns”.⁶¹

A revista *Pela Grei* tinha por fim educar os portugueses na situação nacional contemporânea, tanto que foi precursora da *Seara Nova* (1921), criada para defender e orientar ações de reforma do sistema político e social português. Como mencionamos anteriormente, a importância política indicada nos fins e matérias de ambas as revistas, fica exemplificada na atividade ministerial de Antônio Sérgio e outros membros do Grupo Seara Nova. Antes de assumir as pastas ministeriais, o Grupo apresenta uma “Carta aberta dirigida ao S. Exa. o Presidente”

⁶⁰ Sobre a ausência de revisão e auto-crítica de Antônio Sérgio, vide: Fernando Catroga, “Dialogar com Antônio...”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, I vol. Coimbra 1983, p. 11.

Sobre a relação dos intelectuais, entre os quais se encontra Antônio Sérgio, e a educação para o ressurgimento nacional, Vasco P. Valente afirma que, quer fossem republicanos, quer monarquistas, desejavam “ligá-la à realidade ambiente”, substituir “um ensino abstrato” por um outro “concreto e adequado à vida prática, capaz de ‘propagar e intensificar as remodelações da sociedade’”. “Antônio Sérgio...”, in *Estudos sobre a crise nacional*, Lisboa 1980, p. 56.

⁶¹ Antônio Sérgio, *Pela Grei. Revista para o ressurgimento nacional, pela formação e intervenção de uma opinião pública consciente*. nº 1, Tipografia do Anuário Comercial, 1918, p. 1.

A revista está dividida nas seguintes seções: a situação econômica, a financeira, a moral e social, a intelectual, a política, a vida e os trabalhos da Liga da Ação Nacional, encerra com comentários bibliográficos. No nº 1, Antônio Sérgio escreve “Da opinião pública e da competência em Democracia”, posteriormente integrado ao tomo I dos *Ensaios* (Lisboa 1980); além de “comentários”, à semelhança de resenhas de crítica a obras de literatura (*Pela Grei*. nº 1, Tipografia do Anuário Comercial, 1918, pp. 71-78). No nº 2 (Lisboa: Liga da Ação Nacional, 1918), a divisão temática é a mesma. Antônio Sérgio escreve “Alexandre Herculano e o problema moral e social do Portugal moderno”, posteriormente integrado ao tomo III dos *Ensaios* em “Notas de Literatura Portuguesa” (Lisboa 1980); aí também encontramos os sobreditos “comentários”.

Álvaro de Castro, onde se reafirma o caráter não partidário e a orientação doutrinária que os levava a contribuir de modo peculiar nas esferas institucionais. Para Rogério Fernandes, a marca das concepções de Antônio Sérgio são aí muito visíveis.⁶²

Exerce a tarefa de Ministro da Instrução Pública entre dezembro de 1923 e fevereiro de 1924. Os primeiros atos como Ministro disseram respeito à organização da pesquisa científica em desenvolvimento no país e de uma instituição independente do poder político para orientar as pesquisas científica e pedagógica. Decorre daí a criação do Instituto Português para o estudo do Cancro no Hospital de Santa Marta, em Lisboa, e da Junta de Orientação dos Estudos. O Instituto dava continuidade às iniciativas de investigação oncológica realizadas entre 1901 e 1915 por pesquisadores portugueses. A Junta tinha por fim primordial subsidiar e fiscalizar, como organismo autônomo, as atividades relacionadas à pesquisa científica no país e no exterior. Na reabertura do Parlamento, após várias discussões sobre a origem dos proventos para a Junta, o projeto foi indeferido. O malogro do projeto ministerial da Junta de Estudos fora continuamente lamentado pelo autor.⁶³

Mas foram outros dois atos que levam a tão abreviada gestão ministerial: a extinção das Escolas Primárias Superiores, que implicou o fechamento de estabelecimentos, a inutilização do ano letivo para milhares de alunos e a dispensa de centenas de professores; e a intervenção na reformulação do quadro de funcionários da Universidade de Coimbra, que acarretou o pedido de demissão por parte do reitor. A proposta do ministro era extinguir as Escolas Superiores e criar escolas experimentais de “continuação”, onde professores estrangeiros lecionariam ensinos técnicos e práticos. Ainda que a campanha contra a extinção das Escolas não tenha

⁶² Sobre a revista de Antônio Sérgio e Raul Proença, vide: “*Pela Grei*” in *Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira*, vol. XXVIII, Lisboa/Rio de Janeiro s/d, p. 883. Sobre a passagem de Antônio Sérgio no governo de Álvaro de Castro, vide: Rogério Fernandes, “Antônio Sérgio, Ministro ...”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, II vol. Coimbra 1983, p. 629.

⁶³ Rogério Fernandes, “Antônio Sérgio, Ministro ...”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, II vol. Coimbra 1983, pp. 632-633. Em nota a “Alocução aos socialistas”, Antônio Sérgio apresenta-nos a Junta de Propulsão dos Estudos como uma das três juntas que compõem o Conselho Superior da Instrução Pública, cujo fim era orientar a reforma da instrução pública nacional. In *Democracia*, Lisboa 1974, p. 121.

levado à revogação do decreto, contribuiu bastante para a exoneração do ministro. Por um lado, a evidente impopularidade gerada pelo decreto de extinção atingiu o governo como um todo; por outro, os ministros indicados pelo Grupo Seara Nova não gozavam de muita simpatia por parte dos parlamentares afeiçoados à política de partidos. Além disso, o reitor recém-demitido, os funcionários postos à disposição e os senadores consideraram que o ministro teve pressa em resolver um problema pessoal no caso de Coimbra. Argumentavam que fez a nomeação de funcionários próximos ao governo, mas se negou a socorrer a universidade com verbas bastante necessárias. Tudo isso em anos que o analfabetismo atingia 70% da população portuguesa, em que as universidades viviam sérias dificuldades orçamentárias e a doação privada para o funcionamento das escolas primárias era quase fundamental, enfim, numa época em que a irregularidade dos vencimentos do professorado prejudicava os poucos jovens que tinham acesso à educação.⁶⁴

Ora, a incompreensão coletiva dos atos do ministro Antônio Sérgio antes consolida o atributo de ‘pedagogo’ devotado ao projeto de reforma da mentalidade dos portugueses. O que outros comentadores de Coimbra lhe tributam e a que o mesmo se remete reiteradas vezes. Conforme nos mostra o caráter cívico das citadas revistas de ação social e política, veiculadas nos primeiros anos da República portuguesa, desejava-se, em geral, a melhoria da educação nacional, quer para a elite como dirigente do Estado, quer para o povo como eleitor. Contudo, existe um hiato entre o projeto e a realidade social da nação. Nesse caso específico, como escreve Miguel Baptista Pereira, seguia-se a “linha crítica de realização contemporânea do ideal iluminista de liberdade e autonomia”.⁶⁵ Aqui, o ideal pedagógico há de cumprir o ideal de orientação política racional, isto é, um padrão ético de ação, enraizado na consciência autônoma a ser desenvolvida em cada indivíduo, preservados os distintos níveis de participação no Estado Nacional Democrático. Mas, para tanto, carecia a

⁶⁴ Rogério Fernandes, “Antônio Sérgio, Ministro ...”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, II vol. Coimbra 1983, pp. 603 a 690.

⁶⁵ Miguel B. Pereira, “O neo-iluminismo filosófico de Antônio Sérgio”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, I vol. Coimbra 1983, p. 41.

nação do melhor caminho para se realizarem as reformas educacionais anunciadas desde os estudos de Luís de Verney no século XVIII.

Vasco de Magalhães-Vilhena apresenta o racionalismo nos *Ensaio*s como a doutrina que cuida mais do método ou da disciplina mental do que de um ideário. Isso ao ponto da razão ser “a função estruturante da nossa própria mente”, isto é, a estruturação mental do inteligível que precede a construção do objeto na experiência, onde a verdade corresponde à coerência lógica ou o “enredo de juízos” que apresentam idéias-sínteses do que vai sendo experimentado. Graças a tal doutrina, jamais se desobedece à noção da experiência como ‘madre das coisas’. Recorre-se ao entendimento, à capacidade de tecer proposições, para apresentar objetos vindos da experiência, como fundamento epistemológico da obra. O que implica tanto a aceitação do dualismo entre mundo sensível e mundo inteligível, quanto a prática de “análises concretas das realidades sociais portuguesas”, segundo o critério da inteligibilidade.⁶⁶

Assim sendo, a filosofia ou o amor ao pensamento evocado nos *Ensaio*s antes satisfaz a “uma pedagogia social, ou, mais propriamente, uma paidéia”. A partir do que, desenvolve-se o “idealismo crítico” de fundo “histórico-social”, apto à análise concreta das realidades sociais portuguesas.⁶⁷ Pensar as realidades passadas e presentes equívale à concatenação de experiências em vista do futuro ou das “aspirações comuns”. Em consequência disso, a formação da “consciência social de cada um” acontece apenas mediante o entendimento da sociedade portuguesa ao longo da história.

No ensaio “Educação e Filosofia (princípios de uma pedagogia qualitativa de ação social e racional)”, lê-se:

Todas as personagens modelos estão no pensamento como idéia, e pouco importa, para o efeito ético, se os santos adorados, ou os heróis [que admiramos], se pareceram na vida real com aquilo que temos na fantasia, e até na verdade se eles existiram: importa, sim, que o mandamento se traduza a nós pelas imagens vivas de uma pessoa [...]⁶⁸

⁶⁶ Vasco de Magalhães-Vilhena, *Antônio Sérgio e a filosofia*, Lisboa 1960, pp. 10 e 22.

⁶⁷ Vasco de Magalhães-Vilhena, *Antônio Sérgio e a filosofia*, Lisboa 1960, p. 29 e “Em torno do idealismo histórico-social de Antônio Sérgio”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, I vol. Coimbra 1983, p. 170.

⁶⁸ Antônio Sérgio, *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980, p. 159.

Fatos e personagens se antecipam à escrita dos acontecimentos como modelos de efeito ético. A “fantasia” da sociedade desejada, aspirada tal qual modelo, consiste na “moralidade” formada na consciência de cada indivíduo para guiar as práticas políticas. Assim, a realidade física ou social deve ser submetida aos modelos que controlam a “imaginação criadora” na narrativa dos acontecimentos. Daí importar mais a mentalidade de quem escreve a história e a literatura, do que qualquer pesquisa heurística, pois “a medida de todas as coisas é o pensamento do indivíduo quando o indivíduo realmente *pensa*”. Ao se deparar com a vida social, o mundo da natureza, a diversidade dos homens, o indivíduo lança mão do que está sintetizado na fantasia ou na imaginação. Logo, a narrativa ou a análise concreta das realidades como experiência obedece a paradigmas éticos, na medida em que a formação das consciências contém o sentimento do bem e do mal que cada indivíduo tem frente à sociedade. As hipóteses, geralmente aceitas como verdadeiras, têm o poder de um “mandamento” porque imitam os modelos por “imagens vivas” na lógica coerente de apresentação.⁶⁹

Os “escritos de história social e ‘econômico-social’”, que Magalhães-Vilhena destaca como a maneira pela qual Antônio Sérgio se opõe às teses positivistas,⁷⁰ correspondem aos modelos da historiografia nacional do século XIX, que influenciam os primeiros anos do XX e cujas hipóteses ou mandamentos ainda convêm à formação dos cidadãos da grei. A história escrita por Alexandre Herculano e Oliveira Martins, assim como a poesia de Antero de Quental, e, antes deles, a épica e a lírica de Camões, contam o fato histórico fundador da nação, e alguns outros que daí derivam. O fato fundador e os personagens que escreveram a história são modelos para toda intervenção na cultura portuguesa. Nesses termos, o acervo de hipóteses que os *Ensaio*s e da História de Portugal almejam construir, imita modelos por análises concretas da realidade histórica da nação.

⁶⁹ Antônio Sérgio, “Oliveira Martins. Impressões ...” in *Ensaio*s, tomo V, Lisboa 1973, p. 18; e, “Educação e filosofia ...” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980, p. 135.

⁷⁰ Vasco de Magalhães-Vilhena, “Em torno do idealismo... Antônio Sérgio”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, I vol. Coimbra 1983, p. 172.

O que existe, então, de tão singular nos ensaios historiográficos que permita a Vasco de Magalhães-Vilhena tê-los por introdutores da “história sociológica” em Portugal? E por que isso levou alguns historiadores da década de 30 e 40 a acusarem o autor de materialista histórico?

Primeiro, precisamos ter claro que o acusaram de materialista histórico e dialético devido ao papel que atribui à burguesia na empresa comercial e marítima portuguesa dos séculos XV e XVI.⁷¹ Os *Ensaio*s não são dialéticos, na medida em que mantêm o dualismo entre o português criador da cultura e os que fertilizam o estado de decadência, mundo inteligível e sensível, racionalistas e sensualistas, luz e trevas, inteligência e ignorância, classicismo e romantismo. Partidos genéricos, úteis ao desenvolvimento das polêmicas que encenam a descoberta da verdade, que, todavia, lá está desde o início pois constitui a coerência das hipóteses. Os ensaios historiográficos de Antônio Sérgio apresentam hipóteses deduzidas de estudos da história nacional escrita por Oliveira Martins e, destacadamente, a noção de decadência de Antero de Quental. Não existe choque entre opiniões, cada qual é identificada a algum dos partidos; nem podia ser diferente se as polêmicas não alteram o desejo de reviver a tradição de denúncia dos males vividos no ambiente nacional.

A hipótese de participação da burguesia mercantil na conquista de Ceuta é construída por uma lógica-dedutiva bastante simples. Visto que a conquista não foi uma aventura cavalheiresca ou religiosa, ou seja, se não foi obra nem do interesse dos nobres, nem dos clérigos, só podia ser dos burgueses. Do mesmo modo que a alta nobreza e o alto clero controlavam o aparelho estatal, a alta burguesia controlava o aparelho comercial ultramarino.⁷² Como Lisboa era um porto europeu, lá conviviam pessoas

⁷¹ Joel Serrão atesta que duas hipóteses históricas centrais de Antônio Sérgio estão relacionadas às intervenções da burguesia na formação da nação. A primeira apresenta Portugal como resultado de uma revolução burguesa do século XI, que levou à abertura dos mares e ao tráfico marítimo-comercial, que suscitou as cruzadas e que deu significado às atividades costeiras. A segunda destaca a renovação trazida pelas lutas políticas de 1383-1385, que finda nos Descobrimentos, obra da burguesia comercial-marítima, possuidora de uma mentalidade européia. “Sérgio de Sousa, Antônio (1883-1969)”, in *Dicionário de História de Portugal*, VI vol. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985.

⁷² Antônio Sérgio, “Repercussões duma hipótese: Ceuta, as navegações e a gênese de Portugal” in *Obras Completas. Ensaio*s, tomo IV, 2^a ed. Lisboa: Sá da Costa, 1981, p. 199.

de diversas nacionalidades, a cidade tornara-se cosmopolita, logo, a empresa mercantil portuguesa se fez por burgueses cosmopolitas. Por conseguinte, a navegação marítima pela costa da África e a chegada aos portos da Ásia, no final do século XV e primeiro quartel do XVI, cujo movimento inicial se dá na cidade de Ceuta, aconteceu graças à burguesia cosmopolita sediada em Lisboa.

Ao responder a uma tese que não aceitava as hipóteses sobre a ‘interferência da burguesia cosmopolita na conquista’, Antônio Sérgio afirma que então se confunde o método analítico e silogístico com “a lógica da descoberta”. Note, sobretudo, que as polêmicas de temas da história fogem às questões factuais, interessa-lhe o método, a doutrina, a disciplina de pensamento que apresenta coerentemente os fatos. Com toda segurança, o autor insiste em que o raciocínio empreendido no ensaio sobre a conquista de Ceuta não faz silogismo, mas sim análise de fatores para a “descoberta” ou “achamento” das causas ou condições do acontecimento. A partir da crônica de Azurara, mediante as hipóteses concebidas por Oliveira Martins, imagina a decisiva participação da burguesia na empresa marítima e oferece pelo ensaio “a própria coerência do conjunto de idéias” que tinha fantasiado.⁷³

Não por acaso, no ensaio “Repercussões duma hipótese: Ceuta, as navegações e a gênese de Portugal”, escreve:

‘Fatos’, em suma, é toda idéia que se ajusta bem com o sistema das idéias que melhor interpreta, num momento, o conjunto de aparências que nos oferece o mundo [...] o ato a que se chama percepção verdadeira é uma fantasia coerente com o conjunto das outras.⁷⁴

Isso que permite a Magalhães-Vilhena argumentar que a historiografia exposta nos *Ensaio*s não condiz com o “materialismo histórico”, justo porque não se aceita que a consciência dos homens se determine pela realidade social. Para o comentador, a confusão entre os intelectuais portugueses do que consiste em materialismo histórico permite o erro denominativo. Aqui importa, sem qualquer necessidade de

⁷³ Antônio Sérgio, “Repercussões duma hipótese: Ceuta...” in *Ensaio*s, tomo IV, Lisboa 1981, pp. 204 e 207.

⁷⁴ Antônio Sérgio, *Ensaio*s, tomo IV, Lisboa 1981, p. 222.

nos alongarmos na discussão, a autonomia que os comentadores atribuem à concepção de consciência construída principalmente nessa obra. Sendo até mesmo impropriedade qualquer exigência de reciprocidade entre a consciência e o ambiente físico e social.⁷⁵

As hipóteses ou mandamentos imitam modelos na análise da realidade e, assim, pragmatizam as ações. A história de Portugal, na obra de Antônio Sérgio, escreve Magalhães-Vilhena, vem a ser importante objeto de “problemática intelectual”, útil à “efetiva compreensão do presente, para a sua radical transformação e humanização, e consciente preparação do porvir”. Interessa ao comentador a consciência da própria problemática como meio de emancipação no presente. Isso significa que a historiografia dos *Ensaio*s e, por conseguinte, da História de Portugal, diz respeito a “uma forma de ação, uma maneira de intervir na vida político-social da nação”.⁷⁶

No *Introdução Geográfico-sociológica à História de Portugal* afirma-se a luta contra os “Espectros da História” por oposição do *ser*, que a mesma nos apresenta, ao *dever-ser* ditado pelas “normas internas do nosso ser consciente”. Ainda que nenhuma série de fatos seja a expressão da liberdade e da igualdade entre os homens, o juízo que fazemos dos atos praticados os toma por fim. A obra, em geral dedicada ao problema da cultura em Portugal, especula sobre o *ser* da história nacional tendo em vista o *dever-ser* do ambiente. Essa mentalidade ou consciência dita a própria natureza de todo o problema, na medida em que aspira a modelos por imitar. Apreende-se a história nacional, antes na consciência da decadência que nos fatos. Ainda que a nação fosse muito rica, mas não descobrisse qualquer novo modo de estar no mundo, falharia a sua missão... Pois, doravante, maneja-se a “obra que nos caracteriza a nós, Portugueses, como um povo realmente histórico: os Descobrimentos”.⁷⁷

⁷⁵ Vasco de Magalhães-Vilhena, “Em torno do idealismo... Antônio Sérgio”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, I vol. Coimbra 1983, p. 217.

⁷⁶ Vasco de Magalhães-Vilhena, “Em torno do idealismo... Antônio Sérgio”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, I vol. Coimbra 1983, pp. 225 a 229.

⁷⁷ Antônio Sérgio, *Obras Completas. Introdução Geográfico-sociológica à História de Portugal*, 4ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 19; e, *Obras Completas. Breve Interpretação da História de Portugal*, 10ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1981, p.1.

Daí Magalhães-Vilhena considerar os escritos historiográficos como forma privilegiada do ensaísmo desse autor e onde se percebe “um estreme idealismo na história”. Tais ensaios estão para certa “*idealidade social*”, ao que acrescentamos: ser Portugal deve ser descobrir. Ainda que Antônio Sérgio tenha reconhecido, mas não esclarecido, a existência de condições materiais que ‘desviam [o homem] da linha em que pensou seguir’, a descoberta deve imperar entre os portugueses. O que nos faz retornar à consciência, visto que o desvio dos homens não descaracteriza a realidade do fato histórico como coerente sistema de idéias. Isso porque, como nota o comentador e acima marcamos, nesses ensaios historiográficos “o fato histórico como tal, a realidade histórica passada como tal, só existe enquanto objeto do pensamento, nunca *em si*”. Conforme à teia de idéias “radicada num apriorístico dever-ser inteligível”, em que “à idealidade do fenômeno físico corresponde, logicamente, a idealidade do fato histórico”.⁷⁸

Os membros da *Revista de História das Idéias* nos apresentam o pedagogo ou formador de consciência ou mentalidade, principalmente nos ensaios dedicados à história de Portugal. O racionalismo idealista tão aludido e difamado pelos mesmos, e cujos limites investigam, está para o método de pensar como *descobrimento* da verdade, em hipóteses que traduzem modelos. Não se concebe qualquer revisão de princípios nas polémicas ligadas aos ensaios historiográficos, porque tudo quanto se faz cumpre a missão histórica de ser português, isto é, descobrir ou tirar a cobertura do mundo para que outros possam de fato pensá-lo...

Jorge Borges de Macedo observa que polémica e história marcam a vida intelectual portuguesa. Desde *Os Lusíadas*, polemizar tem papel positivo em Portugal. O que se prova em escritos dos séculos XVII e XVIII, como também no XIX. No início do século XX, a propaganda republicana incitava polémicas em torno das raízes históricas do povo português. Antônio Sérgio e outros, como Jaime Cortesão, estão envolvidos na procura das raízes e condicionamentos históricos da nacionalidade, marca do grupo de intelectuais membros do Grupo da

⁷⁸ Vasco de Magalhães-Vilhena, “Em torno do idealismo... Antônio Sérgio”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, I vol. Coimbra 1983, pp. 232 a 243.

Biblioteca, da Renascença Portuguesa e do Grupo Seara Nova. Aliás, as revistas *Lusitânia*, *Pela Grei* e *Seara Nova* trazem a público as atividades desempenhadas nos grupos, quais sejam: a discussão de idéias para fazer ressurgir Portugal.⁷⁹

Ora, como escreve Olga Ferreira, o ‘démolissez-moi’ evocado em várias ocasiões vem a ser impossível, se a doutrina racionalista idealista que divulga atende ao clamor republicano e contingente da reforma social pela formação dos portugueses. Via de regra, observa Fernando Lopes, as polémicas sobre a história de Portugal estavam circunscritas aos grupos de intelectuais. Mais especificamente, como ambos os comentadores observam, o polemismo reflete a divisão da Renascença Portuguesa entre racionalistas, a que pertencia Antônio Sérgio e Raul Proença, e saudosistas, de Teixeira Pascoais, Jaime Cortesão e outros mais.⁸⁰ Para todos valiam os mesmos fins, dos quais Jaime Cortesão dá testemunho em 1951: “restituir Portugal à consciência dos seus valores espirituais próprios; e promover em todo o país [...] uma profunda ação cultural, junto de todas as camadas sociais”.⁸¹

A consciência dos valores espirituais próprios à nação provém da história, quer entre aqueles de “natureza tradicionalista voltada para o passado”, em busca de “a idéia coordenadora (Tradição)”; quer entre os de “natureza racionalista projetada para o futuro”. Como instrumento de educação, a história tem de fazer ressurgir Portugal em todo o seu prestígio. Os intelectuais da Renascença Portuguesa almejavam intervir na conduta dos cidadãos, no entanto, entre os tradicionalistas existia o “desejo de um retorno ao passado heróico e lendário”, ao passo que os racionalistas projetavam o futuro no passado, na busca da aspiração

⁷⁹ Jorge B. de Macedo, “O significado e evolução das polémicas...”, e, Olga Ferreira, “Antônio Sérgio e os integralistas”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, I vol. Coimbra 1983, respectivamente, pp. 471 e 428.

⁸⁰ Fernando F. Lopes, “Antônio Sérgio e a ‘Renascença Portuguesa’” e Olga Ferreira, “Antônio Sérgio e os integralistas”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, I vol. Coimbra 1983, respectivamente, pp. 415 e 428 a 443.

⁸¹ Apud Fernando F. Lopes, “Antônio Sérgio e a ‘Renascença Portuguesa’”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, I vol. Coimbra 1983, p. 408.

comum que pudesse se converter em moral. O que, enfim, devia vir a “libertar o presente dessa mesma História.”⁸²

O que distingue Antônio Sérgio e alguns companheiros, na luta pela educação ou formação dos portugueses pelo estudo da história, está na pergunta feita aos tradicionalista: “*quais são as tradições que merecem culto*”.⁸³ Melhor ainda, por quais modelos devemos nos orientar. Os *Ensaio*s e a História de Portugal emplacam a necessidade de se criar tanto a opinião pública esclarecida, quanto a elite consciente, não da condição heróica ou lendária passada, mas sim da autêntica tradição de cultura que lhe convém aspirar. Uma vez reformada a consciência histórica do povo português, a nação se projetaria na história da Humanidade, tal qual no século XV. Noutros termos, não só voltaria a integrar a cultura europeia, como cumpriria o papel de vanguarda. Bem, a vanguarda europeia da primeira metade do XX, segundo o que se lê na obra do autor, só pode ser social: democracia e cooperativismo.

Tudo isso se levamos muito a sério o auto-retrato que o autor cria: “Sou apenas um pedagogo”, e

nunca escrevi para historiadores e eruditos, senão que para os homens [...] que queiram trabalhar por um Portugal melhor (livre dos erros do Portugal de até hoje) e que vejam nas discussões sobre temas de história um instrumento de educação para os reformadores do País [...]⁸⁴

O que está conforme à faina que toma para si: “a da revolução cultural”. A obrigação pedagógica dos *Ensaio*s mantém os reformadores do país atentos aos erros que continuam até o presente, isto é, adverte para as tradições que ainda recebem honras. As tradições descobertas ou reveladas na história nacional devem enfurecer a elite intelectual contra o “mal” que assola o país desde fins do século XVI, cuja “feição característica” é “a queda, o abandono, o naufrágio miserável dos homens

⁸² Sobre os estudos da história nacional em cada um dos grupos em que se dividiu a Renascença Portuguesa, vide: Olga Ferreira, “Antônio Sérgio e os integralistas”, *Revista de História... Antônio Sérgio*, I vol. Coimbra 1983, pp. 428 a 434.

⁸³ Antônio Sérgio, “Prefácio da 1ª ed.” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980, pp. 76-77.

⁸⁴ Antônio Sérgio, “Cartas do Terceiro Homem” in *Democracia*, Lisboa 1974, p. 306; e, “Em torno da ‘História Trágico-marítima’ (informe para leitores nada eruditos, mas amadores das relações e visões globais dos acontecimentos)” in *Ensaio*s, tomo VIII, Lisboa 1974, p. 134.

notáveis”. Ao que se associam as tradições saudosistas do glorioso passado lusitano: a heróica condição dos navegadores, o lendário rei que retornará para salvar a nação, a imperiosa afeição ou o arraigado sentimentalismo do povo português. Por isso a história escrita pelo ‘pedagogista’ Antônio Sérgio jamais investiga fatos, sendo, até mesmo, tolo denunciar as deficiências documentais dos ensaios historiográficos. O que o conjunto da obra objetiva são “certas doutrinas universalmente aceitas”, constantemente protegidas por iradas polêmicas.⁸⁵

Daí a acusação do saudosismo cultivar a tradição nacionalista pitoresca retirada do *Viagens na Minha Terra* de Almeida Garrett, e buscar não tanto o “ideal do ‘Português antigo’”, mas sim “coisas de Portugal”. O que equívale, nas palavras de Antônio Sérgio, a “conglomerados de atributos, tecidos de idéias” convertidos em tradições, cuja excelência nunca se abala frente às denúncias do mal que assola o ambiente. Visto que segue esquecido de todos o terrível mal vivido pela inteligência nacional: exílio, abandono e desterro.⁸⁶

Acredita, sobretudo, que os “homens notáveis” formam as “elites naturais” de um povo, pois criam a opinião pública com inteligência na medida em que oferecem a esse mesmo autonomia para imitar modelos.⁸⁷ Mas os bons modelos, úteis ao renascimento nacional, porque nutridos nos grandes ideais da humanidade, naufragaram. Outra elite de “homens notáveis” precisa se formar no processo de pensamento que correspondente à realização da consciência ou da razão do estado de decadência, sem perder de vista “a missão histórica da nacionalidade”: “inaugurar o Cosmopolitismo”. Os saudosistas se prenderam ao pitoresco e peculiar tema da saudade, construída por Garrett no poema *Camões*, em

⁸⁵ Antônio Sérgio, “Notas de Esclarecimento” in *Ensaio*, tomo II, Lisboa 1977, p. 207; “Oliveira Martins. Impressões ...” in *Ensaio*, tomo V, Lisboa: Sá da Costa, 1973, p. 71; e, “Interpretação não romântica do sebastianismo” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, p. 241.

⁸⁶ Antônio Sérgio, “Prefácio da 1ª ed.” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, p. 62; e, “Notas de Política. Sobre a aplicação política da idéia de igualdade” in *Ensaio*, tomo III, Lisboa 1980, p. 216.

⁸⁷ Antônio Sérgio, “Da opinião pública e da competência em Democracia” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, p. 232.

vez de perseguir o destino universal e cosmopolita próprio ao “ideal do ‘Português antigo’”.⁸⁸

⁸⁸ Antônio Sérgio, “Prefácio da 1^a ed.” in *Ensaio*, tomo I, Lisboa 1980, pp. 62 e 77. Sobre o tema da saudade em Almeida Garrett, vide José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal. Estudo de fatos socioculturais*, 3^a ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, pp. 47 a 51.

2.3

Origens da devoção

Na verdade, a historiografia sergiana é tão antipassadista quanto prospectivista.
Joel Serrão, “O lugar da história no pensamento de Antônio Sérgio”, 1975.⁸⁹

“Para uma apologia de Antônio Sérgio”, na antologia *Portugueses Somos*, Joel Serrão destaca o empenho do autor na emancipação dos portugueses. A apologia é construída a partir das experiências de Serrão como leitor, inicialmente, da tragédia *Antígona* e dos cinco primeiros tomos dos *Ensaio*s, em seguida dos artigos publicados pela *Renascença Portuguesa*, *Seara Nova* e *O Diabo*, pelos anos de 1937. Isso tudo antes mesmo dele ingressar na universidade, onde veio a se identificar com mestres como Vitorino Magalhães Godinho, no qual entrevia o “espírito sergiano”. Um “espírito” que considera único nas experiências universitárias das décadas de 40 e 50.⁹⁰

Joel Serrão testemunha que buscava então, como tantos outros, caminhos para sua própria formação. Mas logo confessa que não fora discípulo à altura das exigências do mestre, e até se questiona se sua geração fez o bastante pelo futuro da “grei”. Aliás, a apologia foi escrita para os jovens da década de 60 que não mais reconheciam a significação de Antônio Sérgio, apesar de, para Serrão, nenhum outro o ter superado na dedicação aos “problemas reais deste nosso País real”.⁹¹

Vitorino Magalhães Godinho de fato participa do ‘espírito sergiano’, não só porque também escreve ensaios, mas por se identificar com a geração de Antônio Sérgio e lamentar a mesma falta de reconhecimento. Tanto que Godinho escreve: “quantos não o ignoram – e ninguém o

⁸⁹ In Vasco de Magalhães-Vilhena, et al. *Homenagem a Antônio Sérgio*, Lisboa 1976, p. 47.

⁹⁰ Joel Serrão, “Para uma apologia de Antônio Sérgio” in *Portugueses Somos*, Lisboa s/d, p. 77.

⁹¹ Joel Serrão, “Para uma apologia...” in *Portugueses Somos*, Lisboa s/d, pp. 79-80.

substituiu, ninguém veio pegar no seu facho”.⁹² É possível afirmar que os comentários de Serrão e Godinho relacionam, de modo definitivo, gerações de intelectuais dedicados à escrita da história de Portugal segundo o princípio da emancipação nacional pela reforma social, política e econômica.

Trata-se, afinal, de duas gerações que se reconhecem como herdeiras de certa tradição de cultura. A primeira, de Antônio Sérgio, marcada pelo advento da República em 1910, por golpes militares e pelos quase 40 anos de governo de Antônio de Oliveira Salazar. A segunda geração, dos comentadores apresentados nesse capítulo, que lutou pela democracia coroada, em 1974, na Revolução dos Cravos. A geração dos comentadores se forma na leitura da obra de Antônio Sérgio, logo, visa à reforma da sociedade portuguesa a partir das raízes históricas da cultura nacional. Contudo, nem consegue conservar o *status* do mestre, nem superá-lo. Sendo assim, Joel Serrão e Vitorino Magalhães Godinho, Fernando Catroga, Vasco de Magalhães-Vilhena e demais colaboradores da *Revista de História das Idéias*, e Eduardo Lourenço, perpetuam a historiografia reformista cuja principal função vem a ser a libertação ou a emancipação dos portugueses. Não por acaso, esse último avisa sobre o cerco em que se encerram os “ainda hoje [...] discípulos de Sérgio”.⁹³

Os comentadores se estabelecem como os mantenedores do “espírito sergista”. O modo apologético e severo com que cuidam da obra, nos permite tê-los como leais leitores de alguém que não deseja herdeiros quaisquer. Isso posto pelo próprio autor: “Desejo o debate e a clarificação contínua, a livre investigação e o duvidar metódico, e prescindindo do leitor

⁹² Vitorino M. Godinho, “Antônio Sérgio: presença...” in *Ensaio...* vol. 4, Lisboa 1971, p. 268.

⁹³ Eduardo Lourenço, “Sérgio como mito cultural...” in *Labirinto da Saudade ...* Lisboa 1992, p. 163.

Devemos considerar que a geração de comentadores estuda a obra do autor a partir da década de 60, apesar das leituras de Joel Serrão e Vitorino Godinho serem contemporâneas à atividade intelectual e política de Antônio Sérgio. Ainda que a apologia de Serrão não esteja datada, consideramos que foi escrita nessa década, pois é citada por Eduardo Lourenço, em 1969, onde repete-se a noção de que o “ensaísmo reformista de Antônio Sérgio” está para o humanismo, o racionalismo e o universalismo, tal qual lemos em “Para uma caracterização do ensaísmo de Antônio Sérgio” publicado na revista *O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e Ação*, Março-abril de 1967, n. 47 e 48 (esse artigo foi publicado na *Seara Nova* em 1971). Por conseguinte, os comentários pertencem à década de 60, época do isolamento e sem produção.

que me vá ler de outra forma – que queira ser um ‘crente’”.⁹⁴ Ainda que o ‘démolissez-moi’ seja impossível, toda disciplina de análise dos *Ensaio*s e da História de Portugal, no que diz respeito à forma escrita, o conteúdo de verdade das hipóteses levantadas, ou mesmo sobre a tradição herdada e aí encerrada, está tutelada pelos propósitos pedagógicos e reformistas do autor.

Vale ressaltar, entretanto, que os comentários se distinguem ainda que todos reconheçam a importância da obra. Para Lourenço, ninguém o contradisse porque não existe ainda obra em “moldes” tão “aliciantes e convincentes” capaz de criar no “mais frustrado dos seus leitores” a sensação de inteligência. Um estado de elevação necessário ao leitor para que pense as condições do ambiente nacional. Ocorre que a excelência da forma escrita é reduzida pelo comentador a simples retórica da dúvida, muito bem disfarçada sob o véu do polemismo e do racionalismo. A polêmica permite boa desenvoltura à escrita que não duvida, em nenhum momento, do valor arbitrário do racionalismo como método propício à reforma da cultura em Portugal. Nessas condições, a atitude intelectual do autor, quer nos momentos de ira, quer nos de melancolia, está para a serenidade, pois as dúvidas se convertem na evidência da situação nacional e da necessidade de reforma.

Vasco de Magalhães-Vilhena, Fernando Catroga e demais colaboradores da *Revista de História das Idéias*, destacam a dedicação à formação da consciência social dos portugueses, principalmente nos ensaios historiográficos. As polêmicas em que se envolve refletem a busca pelas raízes históricas da cultura nacional, consorte à geração de intelectuais contemporâneos ao florescimento da primeira República portuguesa. Época em que proliferavam veículos propagadores de estudos sobre a história, a literatura, a arte e a ciência, sempre com o fim último de contribuir nas mudanças de que carecia a nação. Antônio Sérgio, como tantos outros, participa das aspirações comuns aos grupos de intelectuais concentrados em torno da Renascença Portuguesa, da Biblioteca Nacional

⁹⁴ Antônio Sérgio, “Notas de Esclarecimento” in *Ensaio*s, tomo II, Lisboa 1977, p. 198.

de Lisboa e da Seara Nova, e, em meio ao reformismo que lhe rodeava, mas não só por isso, se dedica à divulgação do método racionalista.

Em geral, a exaltação da singularidade deve-se à escrita dos *Ensaio*s e da História de Portugal que, frente aos escritos arcaicos, abstratos e líricos dos acadêmicos, se preocupa em evidenciar a situação nacional para o maior número possível de leitores. De modo mais particular, porque nessas obras se renovam antigas aspirações nacionais por estudos de Alexandre Herculano, Antero de Quental e Oliveira Martins, e, para além deles, Luís Antônio de Verney e Luís Vaz de Camões. Ou seja, leva-se a maior número de leitores as aspirações nacionais reverenciadas pela geração romântica. O que aproxima as obras dos últimos suspiros do Romantismo em Portugal, embora o autor rivalize com o saudosismo de alguns membros da Renascença Portuguesa. De fato, viviam-se anos em que as personagens de relevo eram Teófilo Braga e Guerra Junqueiro e achava-se em moda o positivismo e o anticlericalismo. Daí Joel Serrão afirmar que a atitude de pensamento desse que é a “personalidade mais significativa” de sua geração, só escapa à concepção saudosista da história porque toma para si a herança intelectual da tradição nascida no século XVIII a partir de *O Verdadeiro Método de Estudar* (1746) de Verney.⁹⁵

Nos *Ensaio*s e demais escritos — conferências, artigos e polêmicas publicados em jornais e revistas — apresenta-se o racionalismo como método, atividade mental, doutrina ou disciplina de pensamento apta à nova formação da consciência social dos portugueses. A doutrina racionalista visa à construção da consciência segundo modelos retirados de quinhentos anos de história, sem, contudo, ceder ao saudosismo. As realidades passada e presente obedecem à mesma coerência lógica na concatenação das experiências, que arraiga fatos e personagens da história num apriorístico dever ser inteligível. A cristalizar os modelos ou a mentalidade que se antecipa à narrativa dos acontecimentos. Não se cuida de regenerar a história da época dos Descobrimentos, mas sim reviver a tradição intelectual que ora aqui, ora ali, denuncia o “mal” do naufrágio da inteligência, ou melhor, o abandono, a queda dos que se dedicaram à

⁹⁵ Joel Serrão, “Para uma apologia...” in *Portugueses Somos*, Lisboa s/d, pp. 85 e 109.

emancipação e ao ressurgimento de Portugal. Segue, por conseguinte, a tradição de cultura que problematiza o presente a partir do passado, com vistas no futuro. Trata-se do apostolado cívico dedicado à evangelização das consciências segundo o entendimento da história nacional como decadência.

Para Godinho e Serrão, tal apostolado cívico corresponde à “tradição histórico-cultural portuguesa” iniciada no século XVIII pelos “estrangeirados”. Nas palavras de Serrão: “uma tradição cimeira de claras aspirações universalistas, sem dúvida alguma, mas também de dadas raízes não menos nacionais”. Ao que se soma, segundo Godinho, o “âmago pedagógico” da ação e do pensamento de Antônio Sérgio.⁹⁶

Enfim, humanismo, racionalismo e universalismo caracterizam o “ensaísmo reformista de Antônio Sérgio”, para Serrão e os demais. O humanismo está aí para a atividade intelectual dos homens, que, sob o “signo da relação”, equívale à atividade de ajuizar. Nesses termos, o juízo das experiências é objetivado com o único intuito de incitar em todos o desejo de emancipação. O racionalismo corresponde, assim, à atividade intelectual que julga a “experiência social”. Mediante ato de inteligência, atividade intelectual ou juízo, toda experiência se potencializa como universal exercício de emancipação da ignorância e da miséria. Por outras palavras, a particularização da experiência histórica da humanidade vem a ser reconhecida na experiência social de cada nação, tendo em vista a emancipação espiritual, tal qual a alegoria da caverna, e a emancipação material, à semelhança da cooperação entre forças produtivas e consumidoras para findar a luta capitalista pelo lucro. A obra conserva-se sob a égide dos ideais iluministas de liberdade e igualdade,

⁹⁶ Joel Serrão, *O lugar da história no pensamento de Antônio Sérgio* in Vasco de Magalhães-Vilhena et al. *Homenagem a Antônio Sérgio*, Lisboa 1976, p. 48; e, Vitoriano M. Godinho. “Antônio Sérgio: presença...” in *Ensaíos...* vol. 4, Lisboa 1971, p. 267.

Em carta de 1913 a Raul Proença, Antônio Sérgio escreve: “Aos homens da minha laia chamam eles ‘estrangeirados’...” Nesse caso específico, referia-se aos saudosistas da Renascença Portuguesa. In *Correspondência para Raul Proença...* Lisboa 1987, pp. 81-82, carta 26 (datada em setembro no Rio de Janeiro).

respectivamente reconhecidos como a emancipação espiritual ou intelectual e emancipação material ou do sistema produtivo.⁹⁷

O processo de emancipação acontece sobretudo mediante a polêmica, a problemática, ou ainda, escreve Serrão: o “ato de pensamento efetivo” reduzido “ao ajuizar”. Logo, deve-se formar o homem para o exercício do juízo. A tarefa historiográfica desenvolve-se a partir dessa preocupação pedagógica e pragmática. A polêmica, em geral, tinha por fim instruir o povo. As polêmicas históricas, mais específicas, deviam “denunciar os ‘espectros’ e a atitude espectralista que impediam a grei portuguesa de enfrentar com os olhos postos no futuro (em vez de no passado) os problemas reais do seu existir atual”. Esse comentador assevera que, afinal, só assim “a cultura é liberdade crítica”; problemática, confrontação e exame que visam à inteligibilidade total das experiências.⁹⁸

Acrescente-se aí a advertência de Vitorino Godinho: Antônio Sérgio usa a história “a fim de nos podermos libertar do peso morto do passado” sem se desvencilhar do “esquema fundamental de Oliveira Martins”.⁹⁹ A análise da história nacional nos *Ensaio*s e na História de Portugal está para os problemas da atualidade e finda tanto por desentorpecer a pesquisa histórica do comentário a documentos inéditos, quanto por exaltar a apresentação de novas hipóteses para o entendimento do processo histórico português. O que desmitifica acontecimentos fundamentais sem a descoberta de quaisquer novos fatos.

O ensaísmo reformista do autor e, mais especificamente, os ensaios historiográficos, apresentam uma “história ‘valorativa’” ou mesmo “polêmica” que corre o risco constante de anacronismo. As polêmicas contra o sebastianismo, o saudosismo e o seiscentismo dão conta dos problemas da atualidade portuguesa segundo a perspectiva de um “futuro liberto”.¹⁰⁰ Na atualidade carente de mudanças, com ímpetos reformistas voltados para a história, dedica-se ao problema da cultura com o fim de

⁹⁷ Joel Serrão, “Para uma caracterização do ensaísmo...”, *O Tempo e o Modo* 1967, n. 47 e 48, pp. 331-332; e, “Para uma apologia...” in *Portugueses Somos*, Lisboa s/d, p. 91.

⁹⁸ Joel Serrão, “Para uma apologia...” in *Portugueses Somos*, Lisboa s/d, pp. 93, 98 e 107.

⁹⁹ Vitorino M. Godinho, “Antônio Sérgio: presença...” in *Ensaio*s... vol. 4, Lisboa 1971, p. 265.

¹⁰⁰ Joel Serrão, “Para uma interpretação do ensaísmo histórico-pedagógico de Antônio Sérgio” in *Temas de Cultura Portuguesa*, Lisboa 1960, pp. 172 a 174.

formar, noutros termos, a mentalidade dos portugueses. Na investigação desse problema descobre a tradição que conta a história nacional como decadência, denuncia as práticas de atraso e aspira por dias melhores; toma para si a faina de reviver tal tradição, quase como a antevisão da revolução cultural legitimamente enraizada na história.

Aliás, a escolha da tradição evidencia-se na polémica contra os saudosistas da Renascença Portuguesa, particularmente na pergunta sobre qual tradição merece culto na faina do ressurgimento nacional.¹⁰¹ Visto que, segundo a advertência feita no “Prefácio da 1ª edição” do tomo I dos *Ensaio*s, ninguém sabe a que “profundidade do Tempo há-de descer a nora do sentimento histórico para que alcatruze sem dúvida possível as águas mais puras da Tradição”.¹⁰² Ou seja, trata-se aqui não com o herdeiro passivo da fortuna de gerações, mas com a escolha responsável pela denúncia das condições de cultura a partir da qual se defendem idéias que, corroboradas pela experiência da atualidade, servem à elevação da nação.

As próprias características destacadas pelos comentadores – polémica, racionalismo, ensaio, humanismo e universalismo – adequam-se à tradição escolhida e enraizada em quinhentos anos de história nacional. Por meio da herança reivindicada, a elite de portugueses “excepcionais”, que produzem a autêntica cultura, vem a ser equiparada a modelos. Uma vez reconhecida a condição de exceção para tal elite, os *Ensaio*s revivem o mal português da incompreensão e perseguição aos que denunciam o ambiente por consciência histórica e, simultaneamente, prova a necessidade da revolução cultural ou da mentalidade dos portugueses.

Consoante isso, voltemo-nos para os quinhentos anos de história nacional portuguesa. Por um lado, para sentir a instável intervenção da elite dos “excepcionais” no processo histórico, por outro, para que se vejam aí inseridas as investidas de valorização ou os juízos difundidos pelo século XIX, principalmente por Antero de Quental e Oliveira Martins.

¹⁰¹ Em 1920, no “Prefácio da 1ª ed.” in *Ensaio*s, tomo I, Lisboa 1980. E antes disso, nas cartas de 1913 a Raul Proença, *Correspondência para Raul Proença...* Lisboa 1987, pp. 58-59, cartas 20 e 21 (datadas de junho a setembro de 1913 no Rio de Janeiro).

¹⁰² António Sérgio, Lisboa 1980, p. 77.

De início, nota-se que os séculos XVI a XVIII foram paradoxais para a Península Ibérica, e ainda mais para os portugueses. A “modernização precoce” dos séculos XIV e XV, caracterizada pelo poder centralizado na figura do rei e o comércio marítimo com as ilhas do Atlântico e a África, não se fez acompanhar por transformações na estrutura social e econômica. As inovações políticas, econômicas, intelectuais e artísticas foram constantemente censuradas pelos mecanismos leais à realeza e à Igreja Católica Romana. Percebe-se a proximidade entre os reis portugueses e o alto clero nas bulas papais que legitimaram as investidas do rei d. Henrique e sucessores na África, atrás do Preste João e do rico comércio de pimenta, escravos, marfim e ouro em pó controlado por africanos e mouros.¹⁰³

Enquanto os reis portugueses usufruem da exploração das Índias Orientais e Ocidentais, além Pirineus, da Itália até as frias cidades do norte europeu, florescem novas concepções a respeito do homem, o Cosmo e a natureza. Mas o pouco de inovações que chega ao reino português pelos mestres estrangeiros e estudantes que vão para o exterior, logo suscita reações conservadoras. Os contra-reformistas, a Inquisição e a ortodoxia eclesiástica, aliados ao conservadorismo aristocrático das classes dirigentes e à fraqueza política da burguesia, alimentam certo ‘temor da novidade’. A mobilização dos interesses conservadores impede que as práticas e idéias próprias ao Renascimento, o Humanismo e, em seguida, o racionalismo moderno, atualizem a sociedade portuguesa.

Em fins do século XVI, *Os Lusíadas* de Camões, pela boca do velho “Cum saber só d’experiências feito”, faz a primeira denúncia da história de Portugal: a má direção dada aos negócios d’além mar, que privilegiava a fama em detrimento da fé cristã europeia. Com o fracasso da expedição de d. Sebastião no Marrocos e a incorporação de Portugal pela coroa de Felipe II da Espanha, a sina se prova: nem fama, nem glória. Tanto que Oliveira Martins afirma que Camões protestou contra a aventura ultramarina “prevendo o que viria a acontecer”; e escreve, nas primeiras

¹⁰³ Francisco Falcon, *A época pombalina (política econômica e monárquica ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1993, pp. 149 e segs; e, Charles Boxer, *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, pp. 37 a 39.

páginas do *História de Portugal*, “Portugal acaba; *Os Lusíadas* são um epitáfio”.¹⁰⁴

No futuro imediato a Camões, virada do século XVI para o XVII, a política centralista de Castela fez do reino português quase uma província. Nas primeiras décadas do XVII, no entanto, os movimentos pela separação das coroas portuguesa e castelhana se fortalecem. Época em que se cria o mito do sebastianismo: o jovem rei desaparecido em África viria salvar Portugal e lhe restituir a independência. Doravante, a experiência tão elogiada na épica dos navegantes portugueses dá lugar à esperança do retorno da glória perdida.

Após estourarem motins populares por todo o reino, proclama-se rei a d. João IV em dezembro de 1640. Assim começa a restauração portuguesa. O fluxo de metais preciosos do Brasil e o comércio de escravo da África e de especiarias do Oriente conservam sobretudo “o caráter mercantilista do Estado” português. Apesar de aumentar os encargos fiscais, o Estado Absolutista Nacional permanece dependente do comércio e da exploração colonial ultramarina e, por conseguinte, da dinâmica financeira e produtiva das outras nações europeias. No início do século XVIII, Portugal sofre com a mesma crise de preços, crescimento populacional estrondoso, êxodo rural e metropolitano, que os demais Estados Absolutistas Mercantilistas europeus.¹⁰⁵

Antero de Quental assim nos apresenta Portugal no século XVII: “Nunca povo algum absorveu tantos tesouros, ficando ao mesmo tempo tão pobre!”¹⁰⁶

A situação de dependência, isolamento e marasmo vem a ser discutida só na segunda metade do século XVIII, durante as reformas do Marquês de Pombal.¹⁰⁷ Principalmente depois da obra de Luís Antônio de Verney que, mesmo fora de Portugal, como “conselheiro filósofo” do

¹⁰⁴ Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, pref. de Álvaro J. da Costa Pimpão, 3^a ed. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto Camões, 1992, p. 118 (canto IV, estrofe 94); e, Joaquim P. de Oliveira Martins, *Obras Completas. Portugal nos Mares*. 4^a ed. Lisboa: Guimarães e Cia editores, 1954, p. 3, e, “Fundamentos da nacionalidade” in *História de Portugal*, 16^a ed. Lisboa: Guimarães, 1972, p. 23.

¹⁰⁵ Francisco Falcon, *A época pombalina...* São Paulo 1993, pp. 166 e 173.

¹⁰⁶ Antero de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Lisboa: Guimarães, 2001, p. 27.

¹⁰⁷ Sebastião José de Carvalho e Melo ministro do rei d. José I [1750-1777].

governo, revigora o ambiente lusitano com a proposta de reforma na educação dos jovens. A agudização da crise educacional, devido às disputas entre o poder civil laico e o poder eclesiástico, dificulta a percepção de que o “movimento ilustrado” a partir de Verney visa à “conciliação entre os princípios do pensamento moderno e os pressupostos religiosos do catolicismo”.¹⁰⁸

Para Antônio Sérgio importa, sobretudo, que: “Mostra Verney qual era o estado de Portugal nos diferentes ramos dos conhecimentos, e como cumpria que nos reformássemos para nos podermos contar entre os povos cultos”.¹⁰⁹

Vale ressaltar que, na primeira metade do XVIII, as atividades do “círculo dos Ericeiras”, no auxílio à fundação da Academia Real de História Portuguesa (1720) e a bolsistas e mestres vindos do estrangeiro, traz avanços para Portugal nos domínios da arte, da engenharia, da astronomia e da cartografia.¹¹⁰ Ou seja, o empenho pela inclusão “entre os povos cultos” da segunda metade dá continuidade aos esforços empreendidos por tais intelectuais, como também, ao moderado reformismo de d. Luís da Cunha, ministro do rei d. João V. Os portugueses cultos setecentistas, geralmente chamados “estrangeirados”, reivindicaram e executaram reformas no ensino, na política e na economia, porque empreenderam uma revisão da “cultura portuguesa” sem quaisquer alterações na estrutura social.¹¹¹

Não por acaso reforma-se o Tribunal do Santo Ofício em 1774 e, posteriormente, instituem-se outros aparelhos de repressão e dissuasão: a Real Mesa Censória e a Intendência Geral de Polícia. De fato, a Inquisição, o sistema de ensino sob guarda dos jesuítas e a Universidade de Coimbra gozavam de muita liberdade até então. Ainda que a censura aos intelectuais, artistas, políticos e homens de negócios não cesse, as

¹⁰⁸ Sobre as reformas no ensino e as propostas de Verney, vide: José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal...* Lisboa 1999, p. 15; Luís de Alburquerque, ‘*O Reino da Estupidez*’ e a Reforma Pombalina. Coimbra: Atlântica/Cultura Portuguesa, 1975, p. 19; e, Francisco Falcon, *A época pombalina...* São Paulo 1993, p. 39.

¹⁰⁹ Antônio Sérgio, “O Reino Cadaveroso ...” in *Ensaio*, tomo II, Lisboa 1977, p. 46.

¹¹⁰ Francisco Falcon, “O iluminismo e os estrangeirados em Portugal”, *Américas*, v. 1, São Paulo: UNIMARCO, 1º semestre 1995, p. 38.

¹¹¹ Luís de Albuquerque. ‘*O Reino da Estupidez*’ ... Coimbra 1975, p. 21.

novas idéias sobre o homem, a natureza e a sociedade, circulam cada vez mais vigorosas por Lisboa, Coimbra e Porto, na virada do século XVIII.¹¹²

Em meio à luta ideológica entre os partidários das Luzes e os da ortodoxia eclesiástica, surge a sátira *O Reino da Estupidez*, escrita pelo brasileiro Francisco de Melo Franco. A primeira parte da sátira está dedicada aos “defeitos da sociedade portuguesa dos últimos anos do século XVIII”: “a arrogância e a prepotência dos nobres”, a “ostentação” e o “luxo dos altos dignatários do clero”, “a ignorância e o atraso do povo”. Na segunda parte, Melo Franco expõe justo a luta entre as forças da mudança laica e as da religião católica, onde se apresenta o argumento que os opositores de Verney usaram contra as propostas de reforma do ensino. *O Reino da Estupidez*, sob o fogo cruzado entre a resistência à reforma do ensino em Coimbra e o retorno de antigas práticas, finda por mostrar toda a fraqueza da educação em Portugal no século das ‘Luzes’.¹¹³

Nesse ambiente, onde as forças da denúncia crescem, desenvolve-se a poesia árcade. Poetas orientados por traços simples, quase provincianos, amantes da vida, da independência e da liberdade. Entre os quais conta-se o também brasileiro Tomás Antônio Gonzaga. Perseguidos pela sociedade beata, em geral morrem ou na cadeia, ou no exílio. A poesia da Arcádia, entretanto, não traz inovações de sentimentos: cantam o desejo de mudança e de liberdade e lamentam o exílio. Fiéis à formação iluminista que receberam, conservam valores clássicos na construção dos versos, defendem a sociedade e o homem segundo Rousseau e Voltaire. Afinal, os poetas árcades, libertinos e mundanos, vão do amor à morte, do prazer à dor, da amada amante à amada pátria.¹¹⁴

¹¹² Francisco Falcon, “O iluminismo e os estrangeirados em Portugal”, *Américas*, v. 1, São Paulo 1995, p. 42; e, *A época pombalina...* São Paulo 1993, p.156.

¹¹³ Por força da repressão, a obra circula manuscrita e anônima, em Coimbra, por volta de 1780. Anos mais tarde, na publicação feita em Paris, Melo Franco é apresentado como seu verdadeiro autor, isso após o professor de Leis daquela universidade, doutor Antônio Ribeiro dos Santos, ter sido perseguido como autor suposto. Melo Franco, um jovem de origem brasileira, estudante de medicina em Coimbra, ajudado por José Bonifácio de Andrade e Silva, escreve a obra com o fim de protestar contra os hábitos conservadores da universidade. Luís de Albuquerque, ‘*O Reino da Estupidez*’ ... Coimbra 1975, pp. 9 a 14.

¹¹⁴ Sobre a poesia árcade, vide: José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal...* Lisboa 1999, p. 16 a 19.

A invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão traz novo vigor aos sentimentos patrióticos. Os liberais afrancesados, e demais admiradores dos ideais iluministas, se vêem entre o patriotismo e o idealismo. Ou colaboram com os franceses em nome dos ideais iluministas que encarnam, ou resistem à invasão em nome da integridade nacional. A resistência não era coisa fácil, visto que até o rei bateu em retirada! Mas quem tem amigos, tem tudo, principalmente financiamento para a resistência aos jacobinos (que perverteram as ‘Luzes’ em terror). Vêm os ingleses em auxílio ao povo português. Não por acaso, por essa época circula em Londres uma edição dos versos de Bandarra a anunciar o retorno salvador de d. Sebastião. Ainda que a retomada do sebastianismo aconteça alguns anos mais tarde, durante as lutas de d. Miguel contra d. Pedro (I imperador do Brasil), a antiga ordem monárquica dá sinais de dissolução, pois o mito não encarna mais a figura do rei e sim a do povo. Tal qual a poesia *Camões* de Almeida Garrett, que não identifica o mito da pátria na figura de um herói do passado clássico, grego ou romano, mas “numa figura da realidade histórica nacional”.¹¹⁵

A revolta dos homens de negócios do Porto contra os privilégios dos ingleses, a imposição da Constituição ao rei d. João VI e as lutas pela regeneração do antigo regime por d. Miguel, implicam mudanças definitivas na pátria. Os sentimentos nacionais mudam de direção: de fora para dentro da nação. O *Camões* de Garrett ainda é criação de “estrangeirado” que capta a novidade na Europa, onde se traduzia a obra e a vida do poeta quinhentista, e a traz para Portugal.¹¹⁶ Contudo, a visão sobre os problemas ditos nacionais interioriza-se; enquanto no século XVIII Verney denuncia as mazelas lá de fora e exige reformas para atender aos padrões aceitos na Europa, Garrett noticia a dor do exilado no reino.

A presença de Luís de Camões, a vida errante e mal compreendida pelos patrícios, as perseguições, prisões e exílios que viveu, a poesia que escreveu e salvou do naufrágio, a lírica e a épica que construiu para cantar

¹¹⁵ José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal...* Lisboa 1999, pp. 28 e 49.

¹¹⁶ José-Augusto França nos informa que se sucederam traduções francesas, inglesas e alemãs de *Os Lusíadas* no início do XIX. In *O Romantismo em Portugal...* Lisboa 1999, p. 47.

as aventuras do português, servem para Garrett pensar a ausência do poeta na pátria. Por isso o sebastianismo reaparece tão forte, a presença do mito apresenta a ausência do rei, da antiga ordem e mesmo dos motivos que levam à resistência aos invasores franceses e ingleses. Portugal enraiza-se em si mesmo, no paradoxo da história nacional contada por Alexandre Herculano. Daí Almeida Garrett ter adotado um “programa nacionalista” a que chama ‘regeneração literária’ e, tal qual a regeneração posterior, polemizar com patrícios cuja poesia canta prazeres suaves e doces na praia ocidental da Europa.¹¹⁷

A interiorização da nação permite a Oliveira Martins afirmar que, no caso de Portugal,

[...] a história tem um valor: propõe-nos um exemplo e, infelizmente para nós, este exemplo é completo e perfeito, porque vemos o desenvolvimento extraordinário da nossa vida marítima nos séculos XV e XVI, podendo ver também a decadência miserável dos séculos seguintes até o estado de morte acabada no nosso.¹¹⁸

A história de Portugal, segundo a tradição aqui reverenciada, vem a ser o exemplo perfeito e completo de decadência, paradoxo, reacionarismo, reforma, denúncia, perseguição e exílio. O valor da história tal qual exemplo só pode vir da própria atualidade, ou seja, do “estado de morte acabada no nosso” século. Ocorre que, como exemplo completo, a história nacional se abre tal qual um campo de cultivo da experiência social do português. Segundo a concepção romântica da regeneração nacional, suspende-se o padrão estrangeiro, apesar de se conservar o intuito de integração no ritmo do desenvolvimento europeu e, posteriormente, americano.

Para tanto, os *Ensaio*s precisarão reviver a conduta ou a disciplina seguida por quinhentos anos: a crítica como denúncia das condições de cultura. Mais especificamente, a ousadia de atribuir valor à experiência atual a partir da história nacional. Daí a reiteração das condutas modelares: o aviso do fracasso, a denúncia do atraso, a exigência da educação contra a ignorância e a estupidez, o maniqueísmo partidário, a

¹¹⁷ José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal...* Lisboa 1999, p. 53.

¹¹⁸ Oliveira Martins, *Portugal nos Mares*, Lisboa 1954, p. 29.

conciliação do antigo e do moderno, o elogio à elite de portugueses “excepcionais”, a apresentação do lugar de Portugal entre as nações cultas. Os modelos virão a ser tanto mais eficientes na síntese das experiências, quanto maior for a paradoxal unidade entre resplendor efêmero e decadência contínua.

A conduta de denúncia da decadência brilha pontualmente e, assim, atribui valor aos fatos sem reversão da queda. Se tal conduta não finca raízes profundas na história nacional, o efeito ético dos modelos fica assegurado justo na promessa do que devia ser, mas não é. Daí a exigência de inteligência contra a ignorância visar à coerência lógica na apresentação das evidências factuais, enquanto à Razão cabe o parâmetro moral do que deve vir a ser: a revolução cultural ou da mentalidade dos portugueses. Nas palavras de Almeida Garrett: “E eis aqui a crônica do passado, a história do presente, o programa do futuro”. Conforme isso, a Razão nos *Ensaio*s vem a ser outro nome para Futuro, sobre o qual se pergunta, se especula, mas que jamais se poderá submeter ao entendimento ou à inteligência ou à ciência das experiências. Não se revê o Futuro se, como escreve Antero de Quental, nele está o “patrimônio sagrado da humanidade”, de cuja história, para Antônio Sérgio, participa cada nação.¹¹⁹

A recepção da herança torna-se ativa quando a reiteração da tradição de denúncia é denominada por disciplina crítica que “dá vida ao que merece vida”.¹²⁰ No caso específico de Portugal, dá-se vida às obras de intelectuais que evidenciam o paradoxo da história nacional tendo em vista o Futuro. O exemplo comum a todos está na denúncia de que Portugal devia ser algo outro, a partir do “desenvolvimento extraordinário da nossa vida marítima nos séculos XV e XVI” (segundo Oliveira Martins). Perpetua-se, por conseguinte, tanto a hipótese de interpretação da história de Portugal como decadência, ainda que se desmitifiquem alguns acontecimentos, quanto os fins reformistas e prospectivistas.

¹¹⁹ João Baptista de Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra*, introd., fix. do texto e notas de Antônio Cândido Franco, Lisboa: Guimarães, 2001, p. 23; Antero de Quental. “Bom-senso...” in *Prosas Escolhidas*. Rio de Janeiro 1942, p. 33; e, Antônio Sérgio, “Em torno da ‘História Trágico-marítima’ ...” in *Ensaio*s, tomo VIII, Lisboa 1974, p. 80.

¹²⁰ Antônio Sérgio, “Prefácio da 1ª ed.” in *Ensaio*s, tomo III, Lisboa 1980, p. 12.

A emancipação dos portugueses, como caminho antevisto, encerra várias gerações de intelectuais no cerco do humanismo crítico, onde a escrita da história vem a ser ato político, ou seja, intervenção incisiva no ambiente social, na cidade, na nação, na praça de opiniões, enfim, no entre os homens. Os *Ensaio*s e a História de Portugal se dedicam à nação em regeneração, pois isso vem a ser o futuro a partir do passado.

Em resumo, Eduardo Lourenço faz do necrológio autêntico tributo ao atender o ‘démolissez-moi’ reivindicado por Antônio Sérgio. Procede de acordo com aquilo que acredita ser a mentalidade do autor: a polêmica, a contestação, a impugnação da palavra alheia. À revelia de qualquer instabilidade emocional que se possa constatar na vida do autor, não existe retificação ou revisão dos princípios e finalidades para os quais escreve. Inicialmente, o comentador questiona se o polemismo determina a construção dos *Ensaio*s, logo em seguida, afirma que a partir dessa obra o polemismo ficou identificado com a forma literária dos ensaios e a epistemologia do racionalismo. Isso porque a impugnação da palavra alheia corresponde à recepção da dúvida cartesiana como um instrumento de libertação. Para exemplificar a conduta impugnativa do autor, Lourenço nos apresenta o ensaio “Salada de conjecturas a propósito de dois jesuítas”, onde o autor deduz que o talento do pe. Antônio Vieira, na denúncia das ações dos portugueses no século XVII, vem do esvaecimento do “humanismo científico” do quinhentismo. Nota-se, aí, que a atitude polêmica, contestatória de idéias e ações, precede à construção das hipóteses apresentadas pelos *Ensaio*s. As hipóteses criadas pelo autor têm por fim a contestação porque isso corresponde à conduta dos que se dedicaram a discutir as condições nacionais após o quinhentismo. É inegável que se filia à tradição polemista segundo a importância que lhe atribui na história nacional. Daí perguntar aos saudosistas da Renascença Portuguesa: que tradições merecem culto?

A finalidade da obra é chamar a atenção da “elite intelectual” do país, e, pelo polemismo, arraigar o método racionalista – ou seja, a dúvida como instrumento de libertação. Subordina-se o método ao ideal da revolução cultural, visto que o estado de decadência que incita o polemismo e a escritura dos ensaios evidencia a necessidade de mudanças na mentalidade do português. Desenvolve-se, assim, o paradigma de racionalização como “um Princípio-de-unidade nas consciências”, relacionado às doutrinas em geral aceitas e inventariadas pelos *Ensaaios* e a História de Portugal. A ambição pedagógica e a exaltação da reforma da mentalidade cumprem a herança histórica trazida do quinhentismo e descoberta nos “portugueses excepcionais”, na medida em que o estado de decadência contrasta, por um lado, com os “excepcionais” que se cultivaram no estrangeiro e não se entenderam com seus patrícios; por outro, com o passado glorioso da época dos Descobrimentos. Por isso os comentadores afirmam, por unanimidade, que o autor não rompe com as teses históricas do século XIX: identifica o declínio, a queda, a decadência, e o associa à formação nacionalista, beata e sentimental da elite e à deficiente educação do povo.

Não por acaso, ainda por consideração da tríade polêmica, ensaio e racionalismo, a *Revista de História das Idéias* da Universidade de Coimbra destaca justamente a proposta pedagógica. Associa-se a polêmica, necessariamente, à forma ensaísta. O processo de emancipação precisa da polêmica como ato de pensamento efetivo. Desvia-se, assim, a discussão para o conteúdo de verdade dos saberes que servem de objeto para a atividade intelectual, em destaque, a história. Entende-se que polêmica e ensaio são escolhidos em consequência da opção pelo racionalismo, e que isso está imbricado na ausência de qualquer revisão da proposta de re-forma da mentalidade dos portugueses. Em sintonia com sua época, vai em busca das raízes históricas do português para propor melhorias na educação da elite (como dirigente do Estado) e do povo (como eleitor). A proposta pedagógica há de cumprir o ideal de orientação política racional: um padrão ético de ação, enraizado na consciência autônoma a ser cultivada em cada indivíduo por meio do conhecimento da história nacional.

A razão nas obras de Antônio Sérgio, nas palavras de Magalhães-Vilhena, vem a ser “estrutura mental do inteligível, que precede a construção do objeto na experiência”. Segundo tal concepção, a pedagogia social do autor se fixa na consciência, no pensamento ou na mentalidade dos que se dedicaram a discutir a sociedade portuguesa. O “universal juízo ético”, destacado por Lourenço, constrói as realidades passada e presente conforme as “aspirações comuns” de melhoria social; segundo tal juízo se descobrem fatos e personagens que servem de modelos para a consciência em formação. A historiografia corresponde, então, a um modo de intervenção social, na medida em que oferece diferentes experiências à consciência. As polêmicas históricas visam a denunciar os espectros e a atitude espectrista que só olha para o passado em vez do futuro. Ocorre que os modelos, as tradições e as doutrinas trazidas à luz pela historiografia revelam sobretudo “o mal” português do abandono dos homens notáveis e das melhores idéias para a reforma da sociedade. Eis a boa nova do apostolado cívico!

Enfim, a primeira geração de comentadores – Joel Serrão e Vitorino M. Godinho –, como os demais, confirma que os propósitos pedagógicos e reformistas tutelam a leitura da obra. Aí se renovam antigas aspirações nacionais por estudos de Alexandre Herculano, Antero de Quental, Oliveira Martins, e, antes desses, Luís de Verney e Luís de Camões. Pode-se afirmar que Antônio Sérgio toma para si a herança intelectual da tradição nascida no século XVIII pelos “estrangeirados”. Mediante a herança reivindicada, os portugueses “excepcionais” tornam-se modelos de conduta intelectual. Para tanto, o autor experiencia o “mal” da incompreensão e perseguição aos que denunciam o ambiente por consciência histórica, a fim de provar a necessidade da revolução cultural.

Os juízos construídos por A. de Quental e Oliveira Martins para apresentar a história nacional, estruturam os *Ensaio*s e a História de Portugal. De início, deve-se ter em conta que o primeiro a polemizar e denunciar a conduta dos portugueses fora Camões. Para Oliveira Martins, aí se prevê o que viria a acontecer, pois Portugal acaba, sendo *Os Lusíadas* seu epitáfio. Antero de Quental corrobora na sentença, quando afirma que o século XVII mostra que, apesar das riquezas das quais

usufruiu, Portugal permanece pobre. A primeira tentativa de reversão dessa situação vem dos “estrangeirados” que propõem a reforma da educação, da política e da economia. O que se realiza em parte, pois as reformas empreendidas não alcançam a estrutura social, nem a mentalidade dos portugueses. A história de Portugal vem a ser, assim, o exemplo acabado da decadência, visto que a conduta modelar de denúncia não reverte a queda em ascensão. Nesses termos, pode-se especular que o efeito ético dos modelos vem da promessa não cumprida do quinhentismo: o que devia ser, mas não é. Daí a importância da oposição, construída no *Introdução Geográfico-sociológica da História de Portugal*, entre o *ser* da História e o *dever-ser* ditado pelas normas internas da consciência. O *dever-ser* inteligível como razão ou estrutura mental torna-se o parâmetro para a realização do ideal de revolução. A Razão, equivalente ao ideal, vem a ser apenas outro nome para Futuro, se a antevisão da emancipação dos portugueses encerra várias gerações de intelectuais no cerco do humanismo crítico que torna a escrita da história ato político.

Some-se aí que, apesar de Lourenço acusá-lo de explicar a “história real” pelo “universal juízo ético” enraizado na tradição identificada no quinhentismo e nos “portugueses excepcionais”, também ele entende que o ‘mal’ de Portugal só se faz sentir entre os que aí se reconhecem. Ou seja, a obra escrita por Antônio Sérgio não teve ainda contraditores porque a consciência da decadência e a denúncia das condições do ambiente ainda prestam bons serviços à explicação da história nacional. Mesmo depois dos dez anos de isolamento que encerraram sua vida, da condução das atividades intelectuais e políticas fora da academia e das instituições estatais, dos poucos estudos dedicados à sua obra durante vários anos e dos comentadores lamentarem a falta de reconhecimento por parte das novas gerações, persiste a marca de trabalhador cívico dedicado à emancipação dos portugueses por devoção ao ideal da revolução cultural.